

# Diário do Legislativo de 26/11/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 92ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - MANIFESTAÇÕES

### 7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 24/11/2005

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do Deputado João Leite; aprovação - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.827 a 2.829/2005 - Requerimentos nºs 5.732 a 5.753/2005 - Requerimentos dos Deputados Paulo Cesar e Alberto Pinto Coelho - Comunicações: Comunicações das Comissões de Saúde, de Transporte, de Política Agropecuária, do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Meio Ambiente e de Turismo e do Deputado Dimas Fabiano - Oradores inscritos: Discurso do Deputado Paulo Cesar - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Paulo Cesar e Alberto Pinto Coelho; deferimento - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - George Hilton - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - João Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Weliton Prado - Zé Maia.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Ivair Nogueira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhei o final da leitura feita pelo nobre Deputado Ivair Nogueira, Presidente da Frente Parlamentar do Esporte, e gostaria de chamar a atenção para um ponto, embora saiba que depois teremos o detalhamento dessa ata.

Ao final da reunião de ontem, o Deputado Rogério Correia deu conhecimento de uma denúncia feita contra o ex-Deputado Carlos Mosconi, o que deve ser apurado. Além do mais, é preciso que se dê ao denunciado a oportunidade de se explicar.

Gostaria de lembrar a história política do Deputado Carlos Mosconi. O referido Deputado foi um dos que lutou para que tivéssemos a universalização do atendimento na saúde neste país. Temos um Sistema Único de Saúde que foi implantado graças à luta do Deputado Mosconi, que presidiu o antigo Inamps.

Quando fazia a denúncia, o Deputado Rogério Correia citava a Emenda nº 29. A proposta de emenda constitucional que possibilitou a criação da Emenda nº 29 é de autoria do Deputado e médico Carlos Mosconi.

Na leitura feita pelo nobre Deputado Ivair Nogueira, não ouvi, ou melhor, não pude perceber a citação dessa denúncia que foi feita ao final.

Por ter o maior respeito pelo Deputado Carlos Mosconi e por sua história de vida, sei que ele deverá dar uma explicação sobre o problema trazido.

Não poderia deixar de lembrar a trajetória de um dos homens públicos mais importantes do Estado de Minas Gerais. Desejamos ver tudo isso esclarecido, dada a importância desse nome para a saúde e para o povo de Minas Gerais e do Brasil, com vistas à contribuição que o Deputado Carlos Mosconi deu para o nosso país.

Gostaria de chamar atenção para isso, entendendo que, depois, deveríamos ter uma ata pormenorizada. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Deputado João Leite, a Presidência informa que as questões levantadas por V.Exa. constarão na ata que será publicada no "Diário do Legislativo". Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 2.827/2005

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, com sede no Município de Sabinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2005.

Ermano Batista

Justificação: O Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep -, do Município de Sabinópolis, foi criado com a finalidade profícua de promover a ordem pública, prestando relevantes serviços à população local.

Desde a sua criação, o Conselho atua sempre com o objetivo de integrar a comunidade com a autoridade policial e os órgãos de defesa social, buscando a solução dos problemas e mantendo a segurança e a tranquilidade dos cidadãos do Município.

Dessa forma, espero contar com o apoio de meus pares, indispensável para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.828/2005

Declara de utilidade pública a Associação Nova Vida do Bairro Jardim Bela Vista, com sede no Município de Vespasiano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Nova Vida do Bairro Jardim Bela Vista, com sede no Município de Vespasiano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2005.

Lúcia Pacífico

Justificação: A Associação Nova Vida do Bairro Jardim Bela Vista, com sede no Município de Vespasiano, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos. Tem por finalidade precípua trabalhar voluntariamente na coordenação de atividades que busquem o desenvolvimento integral da comunidade do Bairro Jardim Bela Vista, onde vivem seus membros. Também ajuda a comunidade na melhoria de seu nível de vida, estimulando, auxiliando e coordenando iniciativas que tragam benefícios verdadeiros para a comunidade.

Promove campanhas, mutirões, para conseguir cestas básicas, material escolar, cobertores e medicamentos para as pessoas carentes.

Ademais está em funcionamento desde 1º/7/96, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.829/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São Francisco, com sede no Município de Muriaé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro São Francisco, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2005.

Roberto Ramos

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro São Francisco, com sede em Muriaé, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída para atender às demandas dos moradores do bairro.

Atua junto ao poder público para obtenção de melhorias para a coletividade, bem como para criação e implantação de políticas que traduzam suas necessidades.

A segurança, a defesa do meio ambiente, o respeito aos direitos dos cidadãos são prioridades da entidade, que promove, também, atividades culturais, esportivas e de lazer.

Por esse papel de relevância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que lhe está sendo outorgado por intermédio do projeto de lei ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### requerimentos

Nº 5.732/2005, do Deputado Antônio Andrade, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a mudanças no traçado da MG-400, no local conhecido como Serra da Morte, Município de Buritis. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.733/2005, do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja encaminhado aos Secretários de Defesa Social e de Transportes e Obras Públicas pedido de informações que enumera, sobre a cadeia pública de Formiga. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 5.734/2005, do Deputado Doutor Ronaldo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Tarcísio Alberto Giboski por sua eleição para a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho para o biênio 2006-2007. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.735/2005, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à instituição Visão Mundial pelo transcurso

do 30º aniversário de sua instalação no Brasil. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.736/2005, do Deputado Edson Rezende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rogério Antônio de Mello pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Município de Barbacena e da região da Mantiqueira durante os cinco anos em que esteve à frente da agência local do Banco do Brasil. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 5.737/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sérgio Correa Prata pelos relevantes serviços prestados como médico e Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba.

Nº 5.738/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wandir Ferreira de Souza pelo relevantes serviços prestados na área médica à sociedade de Uberaba e como Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba.

Nº 5.739/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antônio Sebastião C. Carvalho pelos relevantes serviços prestados na área médica à sociedade de Uberaba e como Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba.

Nº 5.740/2005, do Deputado Paulo Cesar, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Unimed pelo competente trabalho desenvolvido no setor de saúde em Minas Gerais. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 5.741/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social com vistas à substituição dos policiais civis que fazem a guarda de presos na cadeia pública de Ouro Preto por agentes penitenciários. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.742/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado apelo ao Advogado-Geral do Estado com vistas a obtenção de informações sobre quitação de precatório alimentar devido ao Sr. Celso Ferreira Pinto, por parte do DER-MG.

Nº 5.743/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG, com vistas a obtenção de informações sobre quitação, por parte do DER-MG, de precatório alimentar devido ao Sr. Celso Ferreira Pinto. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 5.744/2005, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Diretor de Licenciamento do Ibama com vistas a que informe esta Comissão da situação do cumprimento das condicionantes da Licença de Operação nº 438/2005, referente ao aproveitamento hidrelétrico de Aimorés. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos Deputados Márcio Passos, José Henrique e pela Deputada Elisa Costa. Anexe-se ao Requerimento nº 5.563/2005 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.745/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Planejamento com vistas a que seja desenvolvido o Arranjo Produtivo Local no setor moveleiro no Município de Passos. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 5.746/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo aos dirigentes do Igam, do IEF e da Emater com vistas a que sejam disponibilizados para as Prefeituras Municipais mourões, arames e demais materiais necessários para a demarcação de nascentes e áreas de preservação permanente.

Nº 5.747/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas a que sejam promovidos estudos para a criação de uma agência de meio ambiente que unifique os órgãos encarregados do exercício de poder de polícia ambiental.

Nº 5.748/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Meio Ambiente com vistas a que seja criado um programa de metas de recuperação de florestas e outros ecossistemas, com as características que menciona.

Nº 5.749/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do IEF com vistas a que seja feita uma revisão, por essa autarquia, dos convênios que menciona.

Nº 5.750/2005, da Comissão de Participação Popular, pleiteando seja solicitado ao Presidente da Feam que sugira ao Copam a adoção de procedimentos corretivos na gestão e redução de resíduos sólidos. (- Distribuídos à Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.751/2005, da Comissão de Participação Popular, pleiteando seja solicitado ao Governador do Estado e ao Presidente do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit - que os recursos a que se refere o art. 212 da Constituição Estadual sejam empregados prioritariamente no financiamento da pesquisa básica, em convênios com o Cetec, a Uemg, o Cefet, a Epamig e a UFMG, repassando-se os conhecimentos adquiridos a Municípios e empreendedores. (- À Comissão de Educação.)

Nº 5.752/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Copam com vistas a que seja criado grupo de trabalho para estudar e propor medidas a fim de aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental do Estado.

Nº 5.753/2005, da Comissão de Participação Popular, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Meio Ambiente com vistas à criação de agências de desenvolvimento sustentável. (- Distribuídos à Comissão de Meio Ambiente.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Paulo Cesar e Alberto Pinto Coelho.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Saúde, de Transporte, de Política Agropecuária, do Trabalho, de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Meio Ambiente e de Turismo e do Deputado Dimas Fabiano.

#### Oradores Inscritos

- O Deputado Paulo Cesar profere discurso, que será publicado em outra edição.

## Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização de homenagem à Associação Profissionalizante do Menor - Assprom - pelo transcurso de seus 30 anos de fundação.

- A ata dessa solenidade será publicada em outra edição.

## Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 6ª Reunião Extraordinária, em 22/11/2005, dos Projetos de Lei nºs 1.439/2004, do Deputado José Milton, 2.600/2005, do Deputado André Quintão, 2.689/2005, do Deputado Mauri Torres, e dos Requerimentos nºs 5.549/2005, do Deputado Dimas Fabiano, 5.553/2005, do Deputado Jayro Lessa, e 5.555 a 5.559, 5.567 a 5.571, 5.577 a 5.580 e 5.596/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; de Transporte - aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 22/11/2005, dos Requerimentos nºs 5.589 a 5.591/2005, do Deputado Jayro Lessa, 5.597/2005, da Deputada Vanessa Lucas, 5.600/2005, da Deputada Ana Maria Resende, e 5.645/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; de Política Agropecuária - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 22/11/2005, do Requerimento nº 5.632/2005, do Deputado Doutor Viana; do Trabalho - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 22/11/2005, dos Projetos de Lei nºs 2.473/2005, do Deputado André Quintão, 2.631/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada, 2.652/2005, da Deputada Maria Olívia, 2.658 e 2.668/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, 2.667/2005, da Deputada Jô Moraes, e do Requerimento nº 5.617/2005, da Deputada Vanessa Lucas; de Assuntos Municipais - aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 23/11/2005, dos Requerimentos nºs 5.592/2005, do Deputado Olinto Godinho, 5.602/2005, do Deputado Antônio Andrade, 5.603 a 5.607, 5.610 a 5.614, 5.638 a 5.643 e 5.654 a 5.658/2005, do Deputado Leonardo Moreira, e 5.652/2005, do Deputado Domingos Sávio; de Direitos Humanos - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 23/11/2005, do Projeto de Lei nº 2.127/2005, da Deputada Jô Moraes; de Meio Ambiente - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 23/11/2005, dos Requerimentos nºs 5.629, 5.630 e 5.631/2005, do Deputado Doutor Viana, e 5.646/2005, da Comissão de Turismo; e de Turismo - aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 23/11/2005, dos Requerimentos nºs 5.608, 5.618 e 5.619/2005, da Deputada Vanessa Lucas, e 5.636/2005, do Deputado Jayro Lessa. (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Paulo Cesar, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 587/2003 (Cumpra-se.); e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.951/2004 seja encaminhado à Comissão seguinte à que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Meio Ambiente perdeu o prazo para emitir parecer.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 11/5/2005

Às 9h15min, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Contagem os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; Zé Maia, Durval Ângelo (substituindo este ao Deputado Weliton Prado, por indicação da Liderança do PT) e Roberto Ramos (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do PL), membros da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Cesar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o problema da violência urbana na cidade de Contagem e suas conseqüências para a população. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Zé Maia, Durval Ângelo, Roberto Ramos e Paulo Cesar (2) em que solicitam seja encaminhado ofício à Prefeitura Municipal de Contagem, expressando o apoio das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública às reivindicações enviadas pela Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara Municipal de Contagem, que dizem respeito ao enfrentamento da violência e da criminalidade no Município; seja encaminhado ofício ao Secretário Estadual de Defesa Social, expressando o apoio das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública às reivindicações enviadas ao governo do Estado, pela Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara Municipal de Contagem, referentes ao enfrentamento da violência e da criminalidade no Município; Durval Ângelo e Paulo Cesar em que solicitam seja enviado ofício ao Governador do Estado, solicitando que se empreendam esforços para a efetiva implantação de um novo Batalhão da Polícia Militar no Município de Contagem, para a instalação, no Bairro Água Branca, da 6ª Companhia Orgânica do 18º Batalhão da Polícia Militar e para o aumento de policiais militares e do número de viaturas policiais no mesmo Município; Durval Ângelo solicitando seja encaminhada representação ao Ministério Público do Estado, solicitando a adoção de medidas judiciais destinadas a determinação da interdição da carceragem do 3º Distrito Policial de Contagem, em face das condições inapropriadas e inseguras para a guarda de presos no local; Zé Maia em que solicita seja encaminhado ofício à Prefeitura Municipal de Contagem, solicitando a adoção imediata de medidas que viabilizem a desativação do 1º Distrito de Polícia em Contagem, do 3º Distrito de Polícia e da Delegacia de Mulheres no mesmo Município, com a cessão de imóveis adequados para a reativação dessas mesmas unidades policiais em condições de segurança; Paulo Cesar em que solicita seja realizada reunião conjunta dessas Comissões destinada a audiência pública, no Município de Nova Serrana, como parte do cronograma de audiências públicas já aprovado pela Comissão de Segurança Pública, para debater e colher dados sobre os equipamentos e efetivos policiais e para promover a segurança dos cidadãos do Estado; e Roberto Ramos em que seja realizada visita das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública ao Sr. Ednaldo, Agente Penitenciário, vítima de um atentado durante rebelião na Penitenciária Nelson Hungria, que lhe causou a perda dos movimentos das pernas. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os

convidados, sobre o tema supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Gustavo Tostes, Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, representando a Sra. Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem; Vereador Arnaldo Luiz de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Contagem; a Sra. Délcia Barnabé de Paula, Coordenadora da Pastoral Carcerária de Contagem; os Srs. Ricardo Andrade Senna, do setor administrativo, representando a Sra. Maria de Lourdes Silva Correa, Coordenadora de Recursos Humanos; Helbert Geraldo Barra de Faria, Chefe do 2º Departamento de Polícia Civil de Contagem; o Cel. Reinaldo Martins, Comandante da 7ª Região da Polícia Militar-RPM; o Ten.-Cel. Irani Alvear Saraiva, Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar; o Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Vice-Presidente da Aspra; os Srs. Fernando Januário da Silva, Delegado de Polícia Civil da Comarca de Contagem; Antônio Pires, Delegado do 1º Distrito de Contagem; Geraldo Magela dos Santos, Delegado do 3º Distrito de Contagem; as Sras. Maria da Conceição Sampaio, Delegada da Delegacia Especializada da Mulher em Contagem; Adriana de Barros Monteiro, Delegada da Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos em Contagem; os Srs. Carlos Roberto Ferreira Dias, Dimas Campos da Fonseca, Irineu Inácio da Silva, Joaquim Bernardino da Silva, o Pastor Tanáides Braz da Silva, Vereadores da Câmara Municipal de Contagem; e o Sr. Alexandre Delorenzo, Coordenador de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Contagem, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Paulo Cesar.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/11/2005

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Leonídio Bouças e Fahim Sawan (substituindo este à Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater e a avaliar a grave situação em que se encontra o Centro de Ensino Superior de Uberaba - Cesube e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Marcos Montes Cordeiro, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Luiz Gonzaga Oliveira, representando o Sr. Anderson Aduato Pereira, Prefeito Municipal de Uberaba; Sandra Maria Sousa de Oliveira, representando o Sr. José Vandir de Oliveira, Secretário Municipal de Educação; Antônio Mendonça Bilharinho, Diretor do Centro de Ensino Superior de Uberaba; Lúcio Antônio Scalon, Secretário Municipal da Fazenda; Paulo Roberto Ferreira, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro; João Damico; e Evandro Donizete de Souza, representante do Corpo discente do Cesube, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fahim Sawan, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Doutor Viana, em que solicita audiência pública em Venda Nova para discutir a situação das escolas estaduais públicas da região de Venda Nova, especialmente com relação à Escola Estadual Padre Lebre. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2005.

Ana Maria Resende, Presidente - Paulo Piau - Weliton Prado.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/11/2005

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Tereza Lara e Lúcia Pacífico (substituindo esta ao Deputado José Milton, por indicação da Liderança do BPS) e o Deputado Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 535 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 555, 563, 565/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); e 564/2005 (relatora: Deputada Lúcia Pacífico), que receberam parecer por sua aprovação na forma da emenda apresentada; tendo recebido parecer pela rejeição as Propostas de Ação Legislativa nºs 505 e 506/2005 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara) e 513/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira). A seguir, a Presidência determina a retirada de pauta das Propostas de Ação Legislativa nºs 441 a 502, 511, 512, 515, 521, 524 a 527, 534, 536 a 538, 539 a 550, 552 a 554, 556 a 562, 566 a 572, 574, 575, 577 a 579, 585, 590, 593, 596, 597, 600, 601, 604, 605, 613, 620, 646, 649 e 650/2005 por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Ricardo Duarte - João Leite.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 22/11/2005

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Marlos Fernandes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.632/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Luiz Humberto Carneiro, Marlos Fernandes e Doutor Viana, em que solicitam sejam formulados votos de congratulações aos Srs. Gilman Viana Rodrigues, pelo brilhante trabalho à frente da Presidência da Faemg, e Roberto Simões, por sua investidura no cargo de Presidente dessa entidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Padre João, Presidente - Marlos Fernandes - Domingos Sávio.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/11/2005

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo, Fahim Sawan e Edson Rezende, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a relação do consumo de álcool com a violência doméstica e com a violência no trânsito, bem como a normatização e o financiamento do tratamento público para os dependentes de drogas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Estado Antidrogas; Paulo Ademar; Perito Especialista em Trânsito; Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas - Conead -; João Batista Rodrigues Júnior, Cirurgião Geral do Hospital João XXIII, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra a Deputada Ana Maria Resende e ao Deputado Fahim Sawan, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, e passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Fahim Sawan, Célio Moreira e Edson Rezende em que solicitam a presença dos Vereadores das Câmaras Municipais do Estado, para que se proponham leis sobre o fechamento de bares após às 23 horas nos locais de maior índice de violência; Deputado Célio Moreira em que solicita seja feita visita da Comissão aos Comandos das Polícias Militar e Civil e ao Juizado da Infância e Adolescência, para cobrar a efetiva fiscalização sobre a venda de bebidas alcoólicas em locais e horários proibidos por lei, bem como sobre a venda dessas bebidas a menores; Deputado Edson Rezende em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Saúde e da Comissão de Administração Pública, para se debater a dívida do Estado de Minas Gerais com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -, em especial o Projeto de Lei Complementar nº 59/2005, que prevê "a quitação da dívida do Tesouro do Estado para com o referido Instituto". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Carlos Pimenta, Presidente - Doutor Ronaldo - Márcio Kangussu.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/11/2005

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Paulo Piau e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Weliton Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a atual situação das Instituições Federais de Ensino Superior, especialmente em relação às consequências do período de paralisação, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Bento Itamar Borges, da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia; Luiz Aurélio Raggi, representando o Sr. Carlos Segueyuki Sedyima, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; Robson Mendes Matos, Presidente da Associação dos Docentes da UFMG; Dalmir Francisco, Diretor de Imprensa do Proifes, representando o Sr. Gil Vicente Reis de Figueiredo, Presidente do Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior - Proifes; das Sras. Maria Rosimary Soares dos Santos, 1ª Vice-Presidente da Regional Leste do Andes-SN, representando a Sra. Marina Barbosa Pinto, Presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Andes; e Ângela Maria Soares Ferreira, Presidente da Associação dos Docentes da UFV, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nºs 5.620/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana, em que solicita seja realizada audiência pública nesta Comissão para discutir a situação dos Diretores estaduais, que, ao assumirem a direção da escola, perdem alguns de seus direitos; Paulo Piau, em que solicita seja agendada audiência desta Comissão com os representantes da comunidade acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior com o Ministro da Educação, para apresentação do relatório com a síntese dessa audiência pública, visando à reabertura do diálogo com o MEC e ao fim da paralisação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Doutor Viana, Presidente - Leonídio Bouças.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/11/2005

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, George Hilton, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão e Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Nos termos do art. 136, § 3º, do Regimento Interno, o Presidente determina a distribuição de avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.757/2005 que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade com as Emendas de nºs 1 a 7. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.792/2005 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Ermano Batista.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 29/11/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.581, 5.582, 5.648 a 5.651 e 5.696/2005, da Comissão de Direitos Humanos; 5.588/2005, do Deputado Carlos Pimenta; 5.633/2005, do Deputado Jayro Lessa; 5.700/2005, do Deputado Antônio Andrade; 5.719 e 5.720/2005, do Deputado Sargento Rodrigues; e 5.724 a 5.726/2005, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial do Cooperativismo, a realizar-se às 14h30min do dia 29/11/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com a presença de convidados, a situação das cooperativas que atuam no ramo de saúde no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 30/11/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 25/2002, de autoria do ex-Senador Geraldo Althoff, que define o ato médico e dá outras providências com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 30/11/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 14 horas do dia 28/11/2005, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.664, que regulamenta o serviço público de transporte individual de passageiros por táxi em região metropolitana e dá outras providências; do Projeto de Lei Complementar nº 68/2005, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 1.040/2003, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a inscrição de observação de interesse médico nos documentos de identificação; 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a orientação de segurança aos passageiros de transporte coletivo intermunicipal; 1.738/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que obriga todos

os técnicos em prótese dentária a afixar em seus laboratórios, de modo visível, a informação que especifica; 1.925/2004, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências; 2.028/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e dá outras providências; 2.220/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica; 2.266/2005, da Deputada Lúcia Pacífico, que cria a Estação Ecológica do Cercadinho e dá outras providências; 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º /9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Peçanha; 2.498/2005, do Deputado Paulo Piau, que altera a alínea "b" do inciso II do art. 3º da Lei nº 14.941, de 29/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "*Causa Mortis*" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD; 2.504/2005, do Governador do Estado, que institui verba indenizatória aos ocupantes de cargo efetivo da carreira da Advocacia Pública do Estado, exclusivamente para Procuradores do Estado lotados na Advocacia Regional do Estado, no Distrito Federal; e 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 19h30min do dia 28/11/2005, destinada à realização da 1ª Conferência Estadual de Cultura.

Palácio da Inconfidência, 25 de novembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Djalma Diniz, Pinduca Ferreira e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/11/2005, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2005.

Sebastião Costa, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo, Fahim Sawan e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/12/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a importância da optometria e a necessidade de regulamentação desta profissão, com a presença dos convidados mencionados na pauta e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.714/2005

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais das Zonas Fortaleza, Capoeira de Cima, Engenho Velho e Batatas, com sede no Município de Campos Gerais.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa tem por finalidade a promoção do desenvolvimento socioeconômico do produtor rural. Além disso, realiza atividades assistenciais de forma direta ou utilizando entidades filantrópicas; promove ações culturais e desportivas e fomenta iniciativas voltadas para a saúde, com o concurso da comunidade.

O propósito de combater a fome e a pobreza e de defender o meio-ambiente, o bem-estar da família e dos deficientes físicos complementa seu compromisso social.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.714/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Marlos Fernandes, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.555/2005

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

#### Relatório

De autoria da Deputada Elisa Costa, o Projeto de Lei nº 2.555/2005 dispõe sobre a emissão de Notas Fiscais do Produtor Rural em nome da família e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria. Vem, agora, a proposição a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto em análise tem por objetivo criar um mecanismo de proteção e incentivo à agricultura familiar, qual seja a emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural em nome da família daquele que explora atividade agrícola em regime de economia familiar. Tal procedimento, já adotado em outras unidades da Federação, além dos aspectos tributários, apresenta um grande avanço no campo social, pois possibilita a comprovação junto ao INSS da contribuição previdenciária dos membros do grupo familiar para efeitos de aposentadoria e outros benefícios.

É inquestionável a importância da agricultura familiar para a economia nacional. Na justificção do projeto, a autora informa que essa forma de organização produtiva é responsável por cerca de 50% da produção de alimentos, como leite, feijão, milho, mandioca, banana, cebola, suínos, além de responder aproximadamente por 77% dos empregos no campo. Percebe-se, assim, que o projeto se mostra extremamente meritório e oportuno

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o assunto, esta Comissão promoveu, no dia 8/11/2005, uma audiência pública com representantes dos diversos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e da Secretaria de Estado de Fazenda. Entre os presentes, a Sra. Justina Cima, da coordenação nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, entidade que trouxe essa reivindicação à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, relatou as dificuldades encontradas por essas mulheres para comprovar sua atividade econômica no momento da aposentadoria. Declarou, ainda, que mais do que assegurar um direito, a emissão da nota fiscal de produtor em nome da família permite o reconhecimento da mulher como trabalhadora e cidadã.

Para o Sr. Antônio Caetano Lemos, da Superintendência de Tributação da Secretaria da Fazenda, a proposta, apesar de louvável, necessita de maiores estudos, pois apresenta alguns entraves técnicos, como a falta de previsão legal de emissão de nota fiscal em nome de pessoa física; informou, contudo, que o Decreto nº 43.924, de 3/12/2004, admite a possibilidade de os agricultores familiares se reunirem em associação ou cooperativa e esta, assim, tornar-se responsável pela emissão da nota fiscal; essa solução, entretanto, conforme declaração da Sra. Martinha Moreira Jorge, do Movimento Camponês de Minas Gerais, não atende à demanda das trabalhadoras.

Entendemos, portanto, que o projeto deve prosperar nesta Casa com a maior celeridade possível, uma vez que trata de medida aparentemente simples, mas carregada de imenso significado social e econômico, como o de proteger e incentivar os trabalhadores e as trabalhadoras que se dedicam à agricultura familiar em Minas Gerais.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.555/2005, no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2005.

Padre João, Presidente e relator - Marlos Fernandes - Domingos Sávio.

### COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 24/11/2005, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dimas Fabiano, notificando o falecimento da Sra. Terezinha de Assis Toledo, ocorrido em 23/11/2005, em Liberdade. (- Ciente. Oficie-se.)

### MANIFESTAÇÕES

#### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Rotary Club de Curvelo pelo transcurso do 21º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 5.436/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Sra. Luíza Pinto Coelho por sua reeleição como Diretora da Federação das Apaes do Estado (Requerimento nº 5.441/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sociedade São Vicente de Paulo de Lagoa da Prata pelo transcurso de seu 80º aniversário de serviços prestados às comunidades carentes do Município (Requerimento nº 5.513/2005, da Deputada Maria Olívia);

de congratulações com a equipe Andradas de Futsal pela conquista da 16ª edição da Taça EPTV (Requerimento nº 5.514/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Ataíde Vilela, Prefeito Municipal de Passos, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário Passense (Requerimento nº 5.517/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de regozijo com o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - Ciaar - pelo transcurso do aniversário de sua fundação (Requerimento nº 5.518/2005, do Deputado Miguel Martini);

de regozijo com o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - Ciaar - pelo transcurso do Dia do Aviador (Requerimento nº 5.519/2005, do Deputado Miguel Martini);

de regozijo pelo transcurso do Dia do Controlador de Tráfego Aéreo, no dia 20 de outubro (Requerimento nº 5.520/2005, do Deputado Miguel Martini);

de pesar pelo falecimento do Sr. Leontino de Melo Chaves, ocorrido em julho de 2005 (Requerimento nº 5.522/2005, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com o Município de Dolores do Indaiá pelos 120 anos de sua emancipação (Requerimento nº 5.524/2005, do Deputado Domingos Sávio);

de congratulações com a nova Diretoria do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais - Silemg (Requerimento nº 5.538/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com o Clube da Amizade pelos 25 anos de sua fundação comemorado em 20/10/2005 (Requerimento nº 5.540/2005, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a Cooperativa Agropecuária de São Gonçalo do Sapucaí - Coopervass pela passagem dos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.541/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, pelo recebimento do Colar do Mérito do Judiciário (Requerimento nº 5.544/2005, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Anastasia, Secretário de Defesa Social, pelo recebimento do Colar do Mérito do Judiciário (Requerimento nº 5.545/2005, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com o Ministério Público pela passagem do Dia do Ministério Público (Requerimento nº 5.546/2005, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com o Sr. Roberto Simões por sua posse como Presidente da Faemg (Requerimento nº 5.547/2005, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com o Sr. Paulo Safady Simão pelo recebimento da Medalha Sociedade Mineira dos Engenheiros - 2005 (Requerimento nº 5.548/2005, do Deputado Dimas Fabiano);

de congratulações com a Cemig pela 6.000.000ª ligação elétrica da classe residencial (Requerimento nº 5.550/2005, do Deputado Doutor Ronaldo);

de aplauso à Fundação Universitária Mendes Pimentel - Fump - pelo transcurso do 75º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 5.551/2005, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Clube Minas Gerais pelo transcurso do 57º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 5.552/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Restaurante Maria das Tranças pelo recebimento do Selo de Compromisso com a Segurança de Alimentos, atestado pelo Instituto de Hospitalidade (Requerimento nº 5.554/2005, do Deputado José Milton);

de aplauso à Secretaria de Educação pelos serviços prestados pelos Centros Regionais de Referência do Professor (Requerimento nº 5.560/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de aplauso ao Centro Universitário Newton Paiva pelos 100 anos de nascimento do seu Patrono Newton Paiva Ferreira (Requerimento nº 5.561/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de aplauso ao "Jornal Super Notícias" pelos excelentes serviços prestados ao povo mineiro (Requerimento nº 5.562/2005, da Deputada Vanessa Lucas);

de congratulações com os atletas de Uberlândia pelo 1º lugar geral nos jogos do Jimi 2005 (Requerimento nº 5.564/2005, do Deputado Weliton Prado);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Varjão de Minas pela realização da 1ª Expo Varjão e pelo transcurso do 9º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 5.576/2005, do Deputado Elmiro Nascimento).

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/11/2005

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas, cidadãos que nos acompanham nas galerias, boa tarde. Nossa saudação especial a todos que nos acompanham pela TV Assembléia, que vem prestando relevante serviço ao povo mineiro.

Sr. Presidente, gostaria de partilhar com V. Exa. e com os nobres colegas meu posicionamento a respeito de matéria publicada ontem, no jornal "Estado de Minas". Discordo do ditado "quem cala consente", pois em determinadas circunstâncias o silêncio fala bem mais alto. Porém, como estamos à frente de um mandato, devemos satisfação não apenas aos eleitores, pois nunca minha ação nesta Casa, ou fora dela, foi direcionada simplesmente aos eleitores. Tenho consciência de que o mandato está a serviço do povo mineiro e de todos os Municípios de Minas Gerais.

Quando a assessoria tomou conhecimento da matéria, alguns ficaram indignados e queriam que tivéssemos uma posição de imediato, mas, da mesma forma que não tinham direito de fazer tal insinuação a meu respeito, também não tinham direito de alterar minha agenda. Cumpri a agenda, com a formação, a avaliação, todos os assessores do mandato, ontem e hoje, e dormi tranquilamente.

Na semana passada, em aparte ao Deputado Célio Moreira, pedia, implorava à Mesa que fizesse com que funcionasse a Comissão de Ética desta Casa.

Reconheço que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em muitos aspectos, está à frente das outras assembleias deste país. Porém, no que diz respeito à atuação da Comissão de Ética, a situação é vergonhosa. Essa Comissão não se tem reunido, e, nas poucas vezes em que se reuniu, a Mesa, sobretudo a Presidência desta Casa, tinha de tomar conhecimento e controlar tudo o que seria discutido na reunião. Portanto, nesse aspecto, é vergonhosa para todos nós, Deputados e Deputadas, a não-garantia do funcionamento dessa Comissão. É bem verdade que o Regimento Interno da Casa não exige as reuniões ordinárias, quando acionadas. Mas não é falta de acionar. Temos muitas representações a serem definidas e relatórios a serem apresentados nessa Comissão. Meu apelo, portanto, é feito ao Presidente da Comissão, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ao Presidente desta Casa, à Mesa, para que seja garantido o seu funcionamento.

No meu entendimento, a ética são as regras básicas que garantem não apenas a boa convivência, mas os ajustes das diferenças, o respeito às diferenças, de forma que as diferenças nunca prejudiquem o outro. Poderíamos dizer da ética como um todo, mas também da ética parlamentar, da ética na medicina, da ética no Judiciário. Mas nunca podemos confundir posturas éticas com corporativismo.

Por isso, Sr. Presidente, confesso que não preparei nada. Li a matéria apenas uma vez ontem, porque tinha uma agenda a ser cumprida e assim o fiz. A matéria afirma que o meu mandato ou atuação estão vinculados ao Instituto de Promoção Humana, associando esse Instituto a uma entidade, talvez laranja. Não sei como diziam, porque não é do meu tempo de atuação nesta Casa a época das subvenções, em que, conforme afirmavam, Deputados criavam entidades para captar dinheiro público para atender à sua base eleitoral. A matéria diz ainda que o PT tomou conta de toda a revisão do PPAG, e que estávamos dirigindo um grupo, assim como outra assessoria ligada ao mandato. Aliás, estava justamente suprimindo a ausência da pessoa que não havia chegado. A própria Presidente da Comissão de Participação Popular pode destacar essa questão; não nos cabe fazer referência a esse fato.

Retomarei o aspecto em que fazem associação com as verbas de subvenção, como se as subvenções sociais ainda existissem. (- Lê:) "Dos sete grupos de discussão, pelo menos cinco eram presididos por petistas ou integrantes de governos petistas. Um deles foi presidido pelo Deputado Padre João, do PT, e outro por Lígia Corte de Souza, ex-funcionária do gabinete do Deputado..." Na verdade, ela não é ex-funcionária; é advogada, não foi exonerada, ou seja, ainda trabalha conosco. Trata-se de uma pessoa competente, que tem contribuído com o meu mandato e com esta Casa, visto que dá suporte à Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Então, continua: "...e hoje contratada pelo Instituto de Promoção Humana,...". Se esse Instituto é tão poderoso assim, quero as provas dessa contratação. E continua: "...entidade vinculada ao Deputado petista". Aqui, faz referência à minha pessoa.

Em seguida: "...João Leite diz que isso lembra vícios do antigo sistema de subvenção social, em que Deputados eram acusados de criar entidades assistenciais com o único objetivo de utilizar recursos orçamentários para obter dividendos eleitorais".

Por isso, Sr. Presidente, farei à Comissão de Ética uma representação, a fim de que esse fato seja apurado. A ética tem de garantir a harmonia, não com corporativismo, mas com sinceridade, transparência e verdade. É assim que entendo a ética. Temos de garantir isso nesta Casa. Não podemos conviver dessa forma, em que uns atacam os outros, atribuindo e recebendo certos nomes, como o de ladrão. Como pode?

Nesta matéria, isso não ocorre. Todavia, outros Deputados ocuparam esta tribuna e anunciaram que todos os petistas são ladrões. Não dá para admitir atitudes dessa natureza. Por isso, faço um apelo ao Bloco, à Mesa, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Ética. Temos de discutir todas as outras matérias. Estou à disposição para ajudar a rever outros aspectos necessários nesta Casa, inclusive a presença dos Deputados. Como parlamentar, passo um mês sem ver certos Deputados nesta Casa. Será que o Regimento nada prevê sobre essa questão?

Estou disposto também a rever o orçamento, as diárias, enfim, muitas matérias de competência da Comissão de Ética.

A Deputada Elisa Costa (em aparte)\* - Deputado Padre João, declaro total e irrestrita solidariedade ao seu trabalho, ao seu mandato. Essa solidariedade é extensiva também à Deputada Maria Tereza Lara e ao Deputado André Quintão. A iniciativa da criação da Comissão de Participação Popular, que teve como primeiro Presidente o Deputado André Quintão, representou grande acerto para a Assembléia Legislativa e para Minas Gerais. Os conselhos, os fóruns, as entidades organizadas de Minas Gerais têm, nessa Comissão, um espaço de debate, a oportunidade de saber como funciona esta Casa e como são aplicados os recursos públicos. Enfim, há uma interlocução da Assembléia Legislativa com os movimentos organizados, com as entidades e com os gestores de Minas Gerais.

Agora, sob a Presidência da Deputada Maria Tereza Lara, esse trabalho continua. Quanto ao PPAG, foram convidadas diversas entidades do Estado para o segundo debate. Em nome da Comissão, os Deputados e as Deputadas da Assembléia Legislativa tiveram oportunidade de convidá-las para debater a revisão do PPAG. Esse é um trabalho da Assembléia Legislativa.

Acho muito significativo o fato de a Bancada do PT, o Bloco PT-PCdoB, ter convidado entidades para debater aqui a revisão de recursos e de projetos estruturadores, que dizem respeito à vida da população de Minas Gerais. Esse papel cabe à Assembléia Legislativa. O papel do Deputado Estadual é acompanhar a fiscalização, ou seja, o financiamento, a execução orçamentária e a implementação de políticas públicas no Estado.

Quero ser solidária, Deputado Padre João, ao seu trabalho. O que foi dito nesse jornal deve ser esclarecido pelo Deputado que fez a denúncia, que está questionando essa atuação firme do Bloco PT-PCdoB. Questionaram as próprias entidades, o papel dos conselhos de políticas públicas de Minas Gerais, que são paritários, que têm representação dos gestores públicos, assim como da sociedade civil.

Esse é um papel importante da Assembléia. Se a reflexão for outra, temos de buscar identificá-la. Devem ser objeto de esclarecimento o questionamento da importância e do papel que têm exercido o Bloco e as comunidades organizadas de Minas Gerais, assim como o questionamento da importância do mandato do Deputado Padre João e dos demais Deputados.

Estamos solidários com o seu trabalho, a sua atuação, a sua ética e o seu compromisso com a população de Minas Gerais, especialmente com os mais pobres. Muito obrigada.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Pensei que desta vez eu passaria ileso. Todas as vezes em que vou falar, sofro constrangimentos. Estava até com saudade do Presidente. Nos debates calorosos desta Casa, infelizmente minha palavra é cortada, mas tudo bem.

Deputado Padre João, quero dizer-lhe do meu profundo respeito, consideração e admiração pelo trabalho de V. Exa. como Deputado nesta Casa. Quero parabenizá-lo pela forma firme, competente e incisiva com que traz esse assunto para a tribuna da Assembléia.

É fundamental colocar o dedo na ferida. Não podemos ficar calados, e essa sua atitude serve de exemplo. Esse mesmo jornal já trouxe três ou quatro matérias sobre o que sabemos não ser verdadeiro. Darei um exemplo. Recentemente, quando o Presidente Lula lançaria a pedra fundamental da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Teófilo Otôni, foi publicado no jornal que o Governador Aécio Neves não iria à solenidade por minha causa. A culpa era minha! A assessoria informou que, como eu estaria presente, o Governador não iria à solenidade. Ademais, quando da ida do Presidente Lula a Uberlândia, disseram que houve vaias ao Governador, e que elas partiram de nós. Em relação a outros projetos, o jornal não trouxe a informação verdadeira. Por exemplo, com relação ao parcelamento do IPVA, embora haja todos os documentos e todas as provas, o jornal não se prestou a fazer o trabalho nem soltou nenhuma nota.

É muito importante o fato de o senhor, com hombridade, trazer essa discussão para esta Casa. Por isso, quero parabenizá-lo. Conhecemos o trabalho sério que o Deputado Padre João presta à sociedade de Minas Gerais. Em certos momentos, temos de dar uma sacudida e mostrar que as coisas não são bem assim.

Sabemos que a imprensa cumpriu papel fundamental em nosso país. Imaginem o que ocorreria sem a imprensa, que, nesses mais de 20 anos, prestou informações acerca da redemocratização do Brasil e do combate ao regime militar. A imprensa sempre teve papel fundamental e vital no processo de reafirmação da democracia do nosso país.

Entretanto infelizmente ainda há alguns meios de comunicação que, às vezes, confundem as coisas, porque não têm a responsabilidade de, antes, aprofundar e certificar-se da matéria, o que prejudica a verdade. Não sei se esse caso é específico, mas a mesma coisa acontece principalmente no interior, quando a imprensa, vinculada ao poder público municipal e sem autonomia, segue à risca as determinações deste, conseguindo, assim, recursos do orçamento para financiar esse ou aquele jornal. Isso prejudica muito o processo democrático e a liberdade de expressão.

Parabenizo o Deputado Padre João. É importante que todos os Deputados fiquem atentos e passem a acompanhar os acontecimentos. Esperamos garantir na Casa a ética e a transparência.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, vendo os companheiros Biel Rocha e Fábio Avelar, da Comissão de Ética, digo que não abro mão da apuração dessa insinuação. Se não foi irresponsável, pelo menos foi maldosa, porque a insinuação é clara ao associar à minha pessoa o Instituto de Promoção Humana e as irregularidades da época da subvenção na Casa.

Ao Líder do Bloco do PT-PCdoB, Deputado André Quintão, digo que não abro mão do funcionamento desta Comissão. Se quisesse ajudar financeiramente essa entidade, eu também teria meios legais. Graças a Deus, apóio não só o Instituto de Promoção Humana, mas também centenas de entidades e movimentos no Estado. Eu poderia apoiar o Instituto de Promoção Humana com a emenda parlamentar, já que a lei me ampara. No entanto apoiarei outras entidades com a emenda, menos essa.

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo. Deputado Weliton Prado, obrigado por ter me cedido parte do tempo de V. Exa. Não sei se o Presidente poderá conceder o restante ao Deputado Weliton Prado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, quero externar-lhe a minha solidariedade.

Tratarei do mesmo assunto em outra perspectiva, mas reafirmo a minha solidariedade. Inicialmente - quero dizer com todas as letras e de maneira muito sincera e o faço até com dor no coração - falarei de declarações feitas por uma pessoa pela qual tenho grande consideração. Consideração política, afetiva e pessoal com o Deputado João Leite.

Fui companheiro do Deputado João Leite no governo do PT, na gestão de Patrus Ananias. O João Leite era Secretário de Esportes e eu, Secretário de Desenvolvimento Social. Nessa época, construímos uma convivência profissional das mais positivas. Aliás, por coincidência, neste fim de semana, mexendo em minha casa, encontrei um retrato que diz muito: o retrato do time de meninos de rua de Belo Horizonte, no campo do Pitangui. Uma iniciativa conjunta das nossas Secretarias com o Secretário Derzi, pessoa excepcional.

Tenho respeito pelo Deputado João Leite, mas acredito que suas declarações não contribuem para o fortalecimento institucional da Assembléia Legislativa. Devido ao respeito que tenho por ele, farei uma análise política dessas declarações. É muito difícil construir uma comissão respeitada nesta Casa. Algumas de suas declarações não condizem com a verdade, e provarei que são infundadas. Demonstrarei por que essas

declarações colocam ou podem colocar por terra o esforço de Deputados e Deputadas, de representantes da sociedade, de intelectuais e de técnicos desta Casa.

O Deputado afirma que o PT aparelhou a Comissão de Participação Popular. Ora, essa Comissão possui cinco membros: dois do PT, e a maioria do governo. Como a minoria pode aparelhar uma comissão com cinco membros, sem entrar no mérito? Não é o desejo de nenhum Deputado desta Casa aparelhar comissão alguma, e sim defender suas posições políticas.

Discordo da declaração do Deputado em relação a comissões que demoraram a se firmar e hoje são fundamentais; por isso faço essa defesa da Comissão de Participação Popular. Quantos adjetivos foram atribuídos à Comissão de Direitos Humanos, que é séria, a qual o Deputado sempre integrou. E a dificuldade que encontramos para desconstruir imagens e rótulos, criados muitas vezes a partir de colocações indevidas e inadequadamente construídas?

O PT não aparelhou a Comissão de Participação Popular, e sim investiu nela, pois acredita na democracia participativa. O PT defende a democracia participativa no Parlamento mineiro e acredita nos movimentos sociais.

Reivindicamos, na distribuição democrática desta Casa, a Presidência da Comissão, pois, para nós, a Comissão de Participação Popular é tão importante quanto as Comissões de Fiscalização Financeira, de Administração Pública e de Constituição e Justiça. Mas o Deputado foi além. Afirmo que o PT comanda os conselhos, aplica recursos e depois determina a forma de execução de emendas, o que é uma verdade, pois os conselhos são paritários. Metade dos conselhos é formada por representantes do governo. O ex-Deputado João Batista de Oliveira, por exemplo, preside o Conselho da Criança.

Como aparelhar conselhos que são eleitos na base por representantes da sociedade? Como uma bancada, um parlamentar pode aparelhar um conselho? Afirmo que a Comissão Intergestora Bipartite - CIB - é aparelhada. Essa Comissão possui nove representantes: três indicados pela Sedese e seis escolhidos democraticamente pelo Colegiado de Gestores da Assistência Social, que tem a liberdade de indicar gestores de Prefeituras comandadas pelo PSDB, pelo PTB, pelo PFL, qualquer que seja o partido, desde que não passe em nenhum momento pela Assembléia Legislativa.

A leviandade é a pior coisa que existe na política. Trouxe as resoluções da CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social - todas assinadas, algumas por servidores da Sedese, por sinal. Essas resoluções estipulam critérios para orientar a distribuição dos recursos na área da assistência social.

Não foram três as Prefeituras beneficiadas, mas 142 - 24 vinculadas ao PT, e 80% não vinculadas. Portanto, a maior parte é vinculada à base de governo. A resolução foi publicada no "Minas Gerais". Os critérios foram claros. Como os Deputados podem intervir em resoluções de conselhos? Tenho a liberdade de falar: o Deputado foi injusto e ingrato com a sociedade organizada, que garantiu que a assistência social fosse incluída no Orçamento por meio de emenda popular, como projeto prioritário - nos 30 projetos que o Governador enviou em 2003, essa área não era prioridade. Graças à sociedade e à emenda popular, isso se transformou, e houve ampliação de recursos: de R\$1.000.000,00 em 2003, passaram a R\$3.450.000,00 em 2004. Agora, porque os Deputados desta Casa têm responsabilidade, haverá R\$4.634.000,00 a mais no Orçamento para a assistência social em 142 Municípios. Depois leri a relação deles. Tenho a certeza de que várias Deputadas e Deputados, pelo bom trabalho que exercem, são majoritários nesses Municípios.

Então, essa foi uma crítica injusta, que insinua que conseguimos recursos - como se isso fosse ilegítimo. O Padre João lembrou bem: todo Deputado apresenta emenda para o Município em que atua. Mas o processo das emendas populares, não. Se não por nós, Deputado, pelos técnicos da Assembléia, o Rogério Gurjão e o José Geraldo, Assessor da Maioria; pelo Tadeu Barreto, Secretário de Planejamento, que discutiu cada emenda da Comissão de Participação Popular; pelo Secretário Anastasia, que foi convencido de que a assistência social precisava de mais recursos. Essas proposições foram construídas coletivamente - governo, Comissão e convidados. Os Deputados da Comissão de Participação Popular convidaram os Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira. Registro aqui o apoio da base de governo, de Deputados que nem sequer eram membros da Comissão, mas que participaram dos seus trabalhos para ajudar a votar as emendas. O ganho não é do PT, mas da Assembléia Legislativa, que é a única no País, Deputado Rêmolo Aloise, a permitir que a sociedade civil organizada apresente emendas ao Orçamento.

Falam da subvenção como se fosse retorno. Não entrarei nesse mérito. Os recursos de emendas populares - e olhem que, felizmente, foram aprovadas dezenas nesses três anos - são para ações e programas do PPAG, são para os Fundos. Alguns não vão para os Fundos, mas para ações do governo Aécio. Tivemos a maturidade de construir com o próprio governo. Aqui, eu e a Deputada Maria Tereza Lara soubemos separar o que é ser oposição político-partidária daquilo que é comandar com dignidade uma Comissão desta Casa, em nome de todos os Deputados e de dezenas e centenas de entidades. Em momento nenhum transformamos emenda popular em palanque. Daí a importância da negociação com o governo; daí a importância e o respeito que tenho por Deputados como Ermano Batista, Sebastião Helvécio, Domingos Sávio - para citar alguns membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária que sempre acolheram e respeitaram as emendas da Comissão de Participação Popular. E o Deputado fala que eu e a Deputada Maria Tereza Lara relatamos a maioria das emendas. Várias foram relatadas por Deputados e Deputadas da base de governo!

As emendas com impacto financeiro-orçamentário foram relatadas por esses Deputados porque houve negociação de mérito da maioria delas. A negociação foi transparente. Todos sabem disso. Nelas há valor que supera a possibilidade de o governo atender e há sugestões de projeto estruturador. A conveniência administrativa faz com que o governo recomende que a emenda não seja aceita. Fizemos essa negociação e cumprimos rigorosamente esses acordos, a bem do interesse público.

Retorno a esse assunto, que é muito grave. Não se trata de questão pessoal, mas sim da construção de um processo participativo que custou e custa o esforço de muitas pessoas. A Assembléia Legislativa mineira tem sido valorizada por esse processo, que está sob a condução do Presidente Mauri Torres, e não da Bancada do PT. A conquista é de todos os Deputados e de todas as Deputadas desta Casa. É um processo aberto.

Dizer que os conselhos estão aparelhados é um ataque frontal a eles! Na área de direitos humanos, várias emendas foram apresentadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. Aliás, muitas foram acatadas. Não sei se esse Conselho é aparelhado pelo PT. Várias emendas apresentadas pelo Conselho da Criança foram aprovadas. Pergunte a esse Conselho se há algum nível de aparelhamento e ao ex-Deputado João Batista se está sendo aparelhado pelo PT. As emendas apresentadas pelo Conselho da Assistência Social foram discutidas com 2 mil delegados no Sesc Venda Nova. Será que o PT tem a capacidade extraordinária de aparelhar 2 mil delegados? Mesmo se tivéssemos, não faríamos isso, porque não faz parte da nossa história e da nossa tradição, e muito menos da história de vida dos parlamentares que hoje integram a Comissão de Participação Popular.

Apostamos, sim, na democracia participativa; investimos, sim, na correlação de forças da sociedade e queremos, sim, mais recursos para a área social. Tudo isso com responsabilidade. Terei o tempo necessário, lerei as resoluções, os critérios, e falarei sobre os 142 Municípios beneficiados. Quero que eles digam se querem ou não receber os recursos que aprovamos na Comissão de Participação da Assembléia! Quando digo "nós", refiro-me à Assembléia, não ao PT. Como disse, vários relatores são da base do governo.

Sr. Presidente, externo a minha solidariedade aos servidores da Assembléia, aos consultores, à GPI, à Consultoria, pois prepararam pareceres técnicos para as 214 sugestões populares, participaram do processo de decisão política e, por isso, são testemunhas da seriedade desse trabalho.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Parabenido o Deputado André Quintão pelo pronunciamento. Já estou acostumado com isso. Quando trabalhamos e mostramos serviços, incomodamos muita gente.

Venho à tribuna para falar sobre mais um aumento no governo do Estado de Minas Gerais. Desta vez houve aumento de 12%. O jornal "O Tempo" do dia 19/11/2005 traz a seguinte matéria: "Ônibus 12% Mais Caro. O governo de Minas Gerais autorizou o reajuste de 12% nas passagens de ônibus intermunicipais, a vigorar a partir da zero hora de amanhã. O aumento, segundo o DER de Minas Gerais, faz-se necessário para compensar os gastos extras das empresas com ganhos salariais dos motoristas, reajuste de combustíveis, peças e outros custos".

Então, para as empresas de ônibus, o aumento é permitido até 12%. Agora, quando se fala em salário de servidores, não é possível. Não vêm que houve aumento do aluguel do servidor público, que a energia subiu 23,88%, três vezes mais que o índice inflacionário. Enfim, tudo aumentou.

Para o servidor não há aumento, mas, para as empresas, sim, é fácil. Faz-se tudo na base da canetada, rapidamente. Todo ano há aumento das passagens de ônibus, mas não se reajustam os salários dos servidores há 12 anos. Chega aqui uma proposta de aumento de salário dos servidores da segurança pública - policiais civis e militares e Bombeiros. Na verdade, propõem um aumentinho de 10%, mas, para as empresas, aquele aumentão. Ficamos indignados e, por isso, temos que questionar.

Muitos Prefeitos são obrigados a arrumar soluções diante das dificuldades. Vejam o exemplo do Prefeito da Chapada Gaúcha, que, sem recursos para o transporte escolar, disponibilizou quatro carroças para levar os meninos à escola.

Outro problema na educação foi manchete do jornal "Correio de Uberlândia": "Sem Verbas, Escolas Acumulam Problemas. Recursos Enviados pelo Governo Não São Suficientes para uma Boa Manutenção. Na Escola Jardim Ipanema, ladrões levaram televisão, computador, vídeo, "fax", impressora, máquina de lavar que estava no pátio e até fiação elétrica das salas de aula." No entanto saem propagandas na televisão dizendo que tudo vai bem na segurança e na educação. Essa não é a realidade, principalmente no interior do Estado de Minas Gerais. Acontece apenas em escolas-piloto. O jornal noticia invasão de escolas, patrimônio histórico com estrutura comprometida, investimento pequeno por parte do Estado. Então, a situação chega a ser dramática e caótica em praticamente todo o Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Cumprimento as Deputadas e os Deputados desta Casa. Como atual Presidente da Comissão de Participação Popular, não poderia omitir-me diante de uma situação extremamente grave como a relatada aqui.

Lamento, profundamente, fazer, neste momento, essas considerações, pois tenho pelo Deputado João Leite o maior respeito. Foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos quando dela fui membro. Reconheço o seu importante trabalho nesta Casa. Por esse motivo lamento esses fatos que estão ocorrendo.

Esclareço que a Lígia de Souza, assessora do Deputado Padre João, substituiu o José Abílio, que adoeceu no dia e que foi indicado para coordenar o grupo. Ele é funcionário do Crea e entende de saneamento e de transporte. Foi escolhido pelo grupo, mas adoeceu. Dessa forma, só nos restou um pedido de socorro para ajudar a coordenar o grupo. Por isso, coube à assessora do Deputado Padre João a coordenação do referido grupo.

Gostaria de registrar, oficialmente, nesta Casa, que durante todo este ano quem deu quórum na Comissão de Participação Popular fomos nós - especialmente os Deputados André Quintão e Miguel Martini, que se fizeram presentes na grande maioria das reuniões.

Na hora de votarmos as propostas do PPAG, o Deputado Miguel Martini justificou a sua ausência por questões pessoais. Vários Deputados nos socorreram com a sua presença nas comissões, motivo pelo qual agradecemos, de público, aos Deputados Adalclever Lopes, Lúcia Pacífico, Ivair Nogueira e Vanessa Lucas - todos eles da base de governo. Aliás, eles colaboraram muito conosco, inclusive relatando propostas de ações legislativas, apesar de não terem participado de todo o debate. Assim o fizeram em solidariedade à nossa Comissão.

Faço esse registro porque, por inúmeras vezes, procuramos vários Deputados e Deputadas desta Casa para compor a Comissão de Participação Popular. Além disso, também conversamos com o Presidente desta Casa, porque dois Deputados, membros efetivos, não puderam continuar na Comissão, por falta de disponibilidade. Ingressamos com um requerimento para que o Presidente, Deputado Mauri Torres, e os Líderes dos blocos pudessem indicar outros membros efetivos para a nossa Comissão.

Isto posto, temos dito sobre a importância das instituições. Nós, Deputados, executivos e lideranças somos passageiros, mas as instituições não. Dessa forma, não podemos permitir que as instituições fiquem prejudicadas.

A Comissão de Participação Popular é um grande avanço desta Casa. Onde quer que eu vá, digo que é a Assembléia Legislativa de Minas que sai na frente de todos os parlamentos do Brasil, com a participação popular, com o nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, e com o nosso Bloco PT-PCdoB, que tem dado uma contribuição, além de vários outros Deputados e Deputadas de vários partidos, que também têm contribuído para que esta Casa avance na democracia representativa. A democracia direta e participativa tem de ser fortalecida. Esse é o nosso compromisso.

Deputados e Deputadas, façamos um apelo para colocar um ponto final nessa discussão; e que ainda fique esclarecido que não podemos prejudicar o grande avanço da participação popular e da democracia nesta Casa. Na Câmara Federal, também existe uma comissão com esse papel.

Neste momento difícil que o Brasil está vivendo, temos de ter responsabilidade, porque é o povo organizado, o controle social, os conselhos, os movimentos sociais e os sindicatos que poderão dar o rumo que queremos para o País. Vamos respeitar as prioridades definidas pela maioria da população, pelo povo organizado e pela democracia. A democracia é muito importante para nós, sobretudo neste momento.

Essa é a contribuição que esta Casa tem de dar. Por isso, convoco todos os 77 Deputados e Deputadas para unirmos esforços e valorizarmos o que temos de mais precioso nesta Casa, ou seja, um de seus grandes avanços, que é a participação popular.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Weliton Prado, gostaria de parabenizá-lo por, mais uma vez, denunciar as condições

precárias das escolas estaduais, tanto do ponto de vista do salário dos professores - que não foi resolvido - quanto do ponto de vista das condições físicas.

Houve uma reunião do Conselho-Geral do Sind-UTE, e a reclamação foi geral em relação ao aumento advindo das tabelas. Volto a esse tema para dizer que as condições são precárias, tanto do ponto de vista salarial - condições de trabalho - quanto do ponto de vista da rede física.

As escolas realmente estão abandonadas, e V. Exa. sabe disso. Temos feito emendas para possibilitar o conserto e a reforma de várias escolas públicas, pois o governo não faz sua parte. Dirigimos alguns minguados recursos para tentar corrigir a situação.

Além do abandono das escolas, gostaria de falar do abandono das penitenciárias e cadeias públicas de Minas Gerais. Pedi um aparte a V. Exa. porque, na semana passada, infelizmente não consegui fazer o debate, apesar de estar inscrito para Oradores Inscrições. Pediram o encerramento da sessão a fim de impedir a fala dos oradores. Essa foi uma tática usada intensamente na semana passada pelo governo.

O Juiz de Contagem mandou liberar 36 presos. Não estou aqui defendendo a posição do Juiz, mas, a partir de sua decisão, é preciso pensarmos como anda o sistema penitenciário, como andam as cadeias no Estado de Minas Gerais.

\* - Sem revisão da orador.

O Deputado Edson Rezende\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, concederei aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Peço aparte apenas para tentar terminar meu raciocínio. Sei que é deselegante, pois V. Exa. ainda não começou seu pronunciamento, mas eu estava no meio de meu raciocínio. Como o Regimento será rigidamente cumprido nesta reunião, peço a V. Exa. licença para terminá-lo.

Já aviso ao Deputado João Leite, próximo orador inscrito, que não pedirei o encerramento da reunião, a exemplo do que o governo fez, por duas vezes, na semana passada, quando tentei usar a tribuna. Uma delas foi por meio do Deputado Miguel Martini e do próprio João Leite, e a outra, do Deputado Célio Moreira. Não farei isso para que o Deputado João Leite possa expor sua opinião. Esse é o processo democrático do parlamento. Apenas quero concluir.

Realmente, o problema das cadeias e penitenciárias é extremamente grave. O ato do Juiz leva-nos a pensar assim. Resolvi pesquisar as reuniões da Comissão de Segurança Pública e constatei que, há exatamente um ano, pedi que aquela Comissão realizasse uma audiência pública a fim de discutir a questão penitenciária.

O debate girou em torno da conclusão da construção das penitenciárias de Uberaba, Muriaé, Formiga, Santa Luzia, Três Corações e Patrocínio. O governo federal, na época do Governador Itamar Franco, já havia enviado recursos, mas não abriram vagas nas penitenciárias. Faltavam ainda 1.363 vagas, embora o dinheiro já tivesse vindo. Na ocasião, fizemos a denúncia.

O Secretário Lúcio Urbano, na época, garantiu que, no ano de 2003, transferiria todos os presos condenados que estavam sob custódia da Polícia Civil para penitenciárias. Essas foram palavras dele. O Deputado Sargento Rodrigues foi à Divisão de Tóxicos - fui com ele -, reuniu os presos e apresentou o cronograma que o Secretário levava na Comissão de Segurança Pública. Afirmou que tal dia eles não estariam mais na Divisão de Tóxicos.

O coitado do Deputado Sargento Rodrigues não pode nem aparecer na Divisão de Tóxicos, senão os presos podem escapar para matá-lo. E ele não tem culpa disso, pois, na verdade, foi o Secretário que jurou fazer aquilo naquele ano, mas não cumpriu o prometido.

Depois, assisti ao Governador do Estado, todo serelepe, pela televisão, "metendo o pau" no Juiz, chamando-lhe de irresponsável. O Governador não é o responsável pela situação em que se encontram as cadeias?

Eu não poderia deixar isso passar em branco. O Juiz tomou uma atitude considerada extravagante em razão da situação em que se encontram as cadeias. O policial civil, em vez de cumprir o seu papel, tem de tomar conta de cadeia. E o governo havia se comprometido a acabar com isso.

Apresento uma emenda para que o governo do Estado, no próximo orçamento, garanta verba para a gasolina das viaturas da polícia e para o conserto das cadeias, pois não há previsão orçamentária suficiente nem sequer para o ano que vem.

Agradeço a V. Exa. a paciência, mas não poderia deixar de tocar no assunto, pois estava engasgado com ele, já que fui calado durante a semana passada pelos membros do governo nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende\* - Deputado Rogério Correia, possivelmente a situação das cadeias públicas de Minas Gerais está como aquela apresentada em 2001, quando fomos Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e elaboramos o diagnóstico do sistema prisional do Estado. Nessa época, ficaram demonstradas, com clareza, as chagas desse grave problema.

Possivelmente, a situação não mudou tanto. É importante levantarmos essas questões, pois, contando com esse diagnóstico de 2001, poderemos comparar o que mudou em quatro anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tratarei de outro assunto, que já veio a este Plenário várias vezes. Refiro-me à questão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, o nosso Ipsemg.

Tive a oportunidade de comparecer, em Viçosa, a um encontro sobre saúde do trabalhador, promovido pelo Sind-UTE, reunindo alguns profissionais da região. O debate foi muito importante para nós, da base, conhecermos melhor a realidade desses servidores da educação.

Constatamos aquilo que pudemos averiguar na Comissão Especial. A situação dos servidores de Viçosa e região é a seguinte: Se temos, na Capital, atenção à saúde de boa qualidade, atendendo cerca de 95% dos servidores da Grande BH, no interior, cerca de 40% somente dos servidores são atendidos em tempo e a hora, ficando 60% sem conseguir uma consulta ou um exame.

Isso é muito grave! Esse número é extremamente vantajado e nos preocupa sobremaneira, porque quem garante que um servidor público, na fila de espera para uma consulta, não estará tornando crônica uma doença ou não estará com uma doença grave que possa exterminá-lo

brevemente? Quem garante também que não esteja na fila uma criança com uma doença infecciosa pulmonar que pode se desenvolver para uma infecção generalizada?

Quando tratamos do Ipsemg, cuidamos da vida dos servidores do Estado. Há 95 anos, em um período coincidente com o final do Império e o início da República, as autoridades republicanas mineiras, levando em conta a questão da coisa pública, entenderam que era preciso constituir um instituto de previdência para os seus servidores, que o Estado teria de funcionar adequadamente e que esse seria um novo momento para o País.

Imbuídos dessa concepção de um Estado que desse maior atenção àqueles que pagam seus impostos, buscou-se dar atenção especial à saúde dos servidores que atendem o povo mineiro. A inspiração inicial foi de responsabilidade social. Passados 95 anos, os ventos neoliberais da globalização e do Estado mínimo trazem, principalmente para Minas, uma concepção de que, além de poucos trabalharem no Estado, além de poucos produzirem serviços de qualidade para a população mineira, estão corroendo os serviços de atenção à saúde, os salários, as condições de trabalho. E agora estão corroendo e dificultando a atenção à saúde dos servidores. Esse é o Estado mínimo a que assistimos, e logo no instituto que inspirou as autoridades, naquele momento, da sua responsabilidade social, passados 95 anos, quando achamos que estaríamos evoluídos nesse aspecto da atenção aos seres que produzem serviços públicos em Minas Gerais, vemos o caminhar para trás, o contrário. Agora não se trata somente da responsabilidade do Estado. Vemos várias empresas privadas ofertarem serviços de saúde e outros serviços para seus empregados. Até o que é privado no País vem avançando, mas muito menos do que em outros países, que avançaram muito mais na responsabilidade social das empresas. Nesse ponto, o Estado de Minas Gerais caminha para trás, ao invés de avançar nesses 95 anos.

A constatação é dramática. Os servidores do Estado de Minas Gerais e do interior não têm condição, na sua imensa maioria, de obter uma consulta em tempo e a hora. O que se pode dizer a respeito da responsabilidade do Estado com relação aos servidores, quando nem da sua saúde ele trata? Os servidores públicos vivem uma situação de achatamento salarial há mais de 10 anos, e as tabelas da saúde e da educação nem sequer tocaram nessas necessidades. O Instituto de Previdência Social e de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos de Minas Gerais poderia fazer a compensação; no entanto o Estado não está disposto a fazê-la. A Comissão Especial do Ipsemg terminou seus trabalhos, mas votamos em contrário porque discordamos de várias de suas decisões. O Presidente do Ipsemg e o Secretário de Estado de Fazenda não haviam atendido aos nossos requerimentos. Apesar disso, constatamos que a questão do financiamento é importante, na qual está colocada a dívida do Estado com o Ipsemg: R\$2.000.000.000,00, recurso dos servidores públicos que, em tempos passados, outros Governadores tomaram, colocaram na conta do Tesouro do Estado e consumiram. O Estado é devedor de seus servidores. Esse problema é de financiamento e pode ser resolvido com o pagamento da dívida do Estado com o Ipsemg, que detém os recursos dos próprios servidores. Há uma responsabilidade das autoridades que fizeram isso.

O segundo ponto é a questão administrativa. Há um problema de gestão administrativa. Por meio de requerimento nosso aprovado pela Comissão, solicitamos ao Tribunal de Contas do Estado que fizesse uma auditoria operacional no Ipsemg para avaliar a questão administrativa e financeira, um estudo atuarial.

Estamos aguardando o resultados dos estudos do Tribunal de Contas para entendermos melhor o que está acontecendo com o Ipsemg.

O terceiro tópico, o problema do atendimento em saúde. Como já disse, constatou-se que somente 40% dos servidores do interior de Minas Gerais têm esse atendimento. Há, portanto, três graves problemas.

Todavia, mais grave ainda é não termos resposta às solicitações enviadas por nossa Comissão. Por isso, hoje, apresentei requerimentos - já foram protocolados nesta Casa -, solicitando seja encaminhada à Procuradoria-Geral desta Casa a documentação comprobatória da regular tramitação e o envio ao Presidente do Ipsemg de vários requerimentos que tratam de assuntos que nos interessam, como a situação financeira e atuarial do exercício da função da saúde do Ipsemg; a montante da dívida do Estado para com o Ipsemg; o número de usuários atendidos em ações e serviços de saúde; o número de servidores da autarquia; o número de servidores credenciados pela remuneração pró-labore; o número de servidores sob contrato administrativo; o número de convênios existentes entre o Instituto e os Municípios; os Municípios que possuem dívidas com o Instituto e o valor dessas dívidas; o número de atendimentos em saúde realizados pela autarquia por ano, dividido por especialidades; o número de estabelecimentos de serviços de saúde credenciados ou conveniados com a autarquia; as informações sobre todos os valores de pensão pagos pelo Instituto, cujos montantes excedem R\$4.000,00.

Deputados, Deputadas, Sr. Presidente, esta Casa merece respeito, e é preciso, para manter a autonomia dos Poderes, que esta Assembléia solicite, o mais rápido possível, por meio da Procuradoria-Geral desta Casa, à Presidência do Ipsemg e ao Secretário de Fazenda o envio desses documentos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Não tenho tempo para responder a todas as manifestações que aqui ocorreram. Algumas foram feitas de maneira tranqüila; outras, de maneira irada. Não responderei nesse tom, pois não é o meu. O meu tom é de respeito. Acostumei-me a essa vida no parlamento, após meio mandato de Vereador em Belo Horizonte e três mandatos de Deputado Estadual. Não responderei da maneira como fui provocado. Creio que a relação não deva ser essa e que as diferenças de idéias não devam chegar a questões pessoais. De maneira alguma responderei no nível em que fui atacado em alguns momentos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente. Responderei às questões apresentadas. No entanto, não responderei da maneira como vieram algumas palavras, inclusive com ameaças, porque, durante o tempo em que estive nesta Assembléia Legislativa, presidindo duas CPIs, ameaçado algumas vezes, aprendi a não temer ameaças.

Aprendi muito presidindo por seis anos a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia; aprendi muito depois de me esforçar, de trabalhar muito e de ver aproveitada a minha defesa dos direitos humanos numa disputa eleitoral, infelizmente com manifestação de muitos que - eu acreditava - defendiam a idéia de que as pessoas são muito importantes. Idéia que defendo e da qual não me arredarei na minha vida.

Não trataria desse tema nesta tarde, falaria sobre uma pesquisa feita sobre um projeto que iniciamos, Campos de Luz. Tratarei desse assunto tão logo seja possível.

A crítica política que fiz permanece. Não adianta envolver a Consultoria da Assembléia Legislativa e os assessores da Casa, com os quais, durante esses três mandatos, tive oportunidade de conviver. Eles me conhecem e sabem da relação respeitosa e verdadeira que sempre mantive com todos. Não há críticas da minha parte à Comissão de Participação Popular. A primeira talvez tenha sido criada na Câmara dos Deputados, pela Deputada Luíza Erundina, que a presidiu. Gostaria, de alguma forma, de ter iniciado essa Comissão na Assembléia Legislativa, o que tentei nos quatro anos em que estive na Oposição. No entanto, têm muito mérito aqueles que lutaram, o Presidente Mauri Torres e a Mesa, que criou essa Comissão.

A participação popular é justamente o que defendo. Só que, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Padre João, que preside uma Comissão na Casa, não entendo esse trabalho, que é muito, como participação popular. Não entendo o fato de a Comissão de Participação

Popular ter um Deputado como coordenador. Dos sete coordenadores, quatro são assessores de um partido na Casa. Isso não é participação popular. Participação popular é participação das pessoas que vêm à Casa. Essa é a defesa que fazemos. Não entendo que alguém que recebe recursos públicos coordene ou tenha voz, voto e orientação, porque creio que aí haverá uma contaminação do processo.

A crítica e o questionamento à decisão da escolha de alguns Municípios que receberam recursos do Projeto nº 31, Inclusão de Famílias Vulnerabilizadas, foram feitos neste Plenário, na discussão. Alguém fez o questionamento aqui.

Ou não se pode questionar ou fiscalizar o conselho ou uma comissão intergestora? É intocável? Não, o art. 70 da nossa Constituição é claro. É papel também do Parlamento fiscalizar a utilização dos recursos.

Digo isso com muita tranquilidade, porque, quando fui Secretário, pela primeira vez no Estado foram alocados recursos da loteria no Fundo Estadual de Assistência Social, para que fossem liberadas bolsas para pessoas com deficiência.

Isso não me exime, como gestor que era, e não deliberador do Conselho Estadual da Assistência Social, de também ter as ações fiscalizadas pela Assembléia Legislativa e pelo seu órgão...

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, para continuarmos este debate e até mesmo para não impedir o raciocínio do Deputado João Leite, se ele quiser continuar o seu raciocínio, terei o maior prazer em conceder-lhe aparte para expressar democraticamente a sua posição. Deputado, fique à vontade e utilize o tempo que lhe for necessário.

O Deputado João Leite (em aparte) - Agradeço-lhe, pois hoje tivemos uma mobilização diferente. A Presidência, que não ocupada pelo Deputado Rêmoló Aloise, mas sim pelo Deputado Rogério Correia, iniciou os trabalhos, o que impossibilitou utilizarmos o tempo no qual estávamos inscritos. Parece que houve entendimento. Então, Deputado André Quintão, queremos saber se se trata de debate e participação. Se assim o for, todos temos de estar presentes.

Essa mobilização de hoje, para que apenas os Deputados do seu partido pudessem ter a fala, é prejudicial. Se fosse o meu trabalho anterior, diria que houve todo um treinamento para que não houvesse espaço. Agradeço a V. Exa. por conceder-me oportunidade para eu completar a minha defesa sobre a participação popular.

Falarei sobre o que entendo por participação popular e democracia. Posso até mesmo nesta tarde ser convencido do contrário, de que é assim mesmo e de que, em uma revisão de plano plurianual, a Assembléia Legislativa convoca a participação popular e que a coordenação se dê por Deputados e por assessores dos gabinetes dos Deputados; entretanto, entendo de outra maneira.

Se temos a participação popular, é para que as pessoas que não têm mandato e não estão na Assembléia Legislativa tenham oportunidade de apresentar seus pleitos. Essa é uma marca da Assembléia. No meu primeiro mandato, acompanhava as audiências públicas regionais em que discutíamos, em todo o Estado, as propostas para o orçamento. No governo passado, ainda veio a idéia do orçamento participativo, que não vingou no Estado, mas era para as pessoas participarem. Isso é importante. Defendo a participação popular e a quero.

Hoje, no jornal "Estado de Minas", a Presidente Maria Tereza Lara, por quem tenho muito respeito, questiona a minha presença na Comissão de Participação Popular. No entanto, hoje à tarde, elogia a presença do meu titular, o Deputado Miguel Martini. O Deputado Miguel Martini está na Comissão de Participação Popular porque tenho responsabilidades nas comissões de que sou titular - Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Tenho de realizar audiências públicas e viagens. Portanto creio que a crítica não procede.

Quero deixar à disposição do Estado de Minas Gerais, que represento, a minha presença neste Plenário e nas comissões de que sou titular, para ser julgado pelo povo. Também desejo a participação dos Deputados.

Deputado André Quintão, estou sempre pronto para colaborar com os trabalhos desta Casa. Estou a par do trabalho que a Comissão de Participação Popular prestou à assessoria do Plenário. São montanhas de papéis e de pastas, montadas pelos assessores, aqui ao lado. Em cada uma dessas pastas, são necessárias assinaturas, primeiro para enviá-las à Mesa, depois quando a Presidente da Comissão designa os relatores.

Ontem, 43 emendas chegaram ao meu gabinete para que eu as assinasse. Em 33 delas, estão designados como relatores V. Exa. e a Deputada Maria Tereza Lara. Reconheço não só o trabalho de V. Exa. nessa área, como também o da Deputada Maria Tereza Lara, e respeito a história de V. Exas.

É preciso participação. Se é uma comissão de participação, onde estão os demais Deputados desta Comissão? Nas 43 emendas, não vi nenhuma designação do Deputado Miguel Martini como relator. O Deputado Adalclever Lopes será relator de três emendas e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva será relator de sete. Nas demais, os relatores são V. Exa. e a Deputada Maria Tereza Lara, e creio que V. Exa. as relatará muito bem, assim como a Deputada Maria Tereza Lara, após três mandatos nesta Casa.

Como Presidente de comissão, sempre tive o cuidado de não avocar para mim... Não há nada no Regimento da Assembléia Legislativa que diz isso, mas já presido a reunião, tomo várias decisões e ainda serei relator de matérias importantes? Avoco para mim a relatoria dessas matérias? Isso é participação? É essa a defesa que faço. Não abro mão de algo bastante importante. A participação popular é importante? Fundamental, mas o trabalho de fiscalização da Assembléia Legislativa também.

Estamos inaugurando um momento importante, com a participação de várias entidades, na revisão do plano plurianual, no acompanhamento da execução orçamentária. Discutiremos a Conferência Estadual de Segurança Alimentar, que possui recursos, mas é papel desta Casa acompanhar a utilização e o uso desses recursos públicos. É isso o que pretendemos.

Deputado André Quintão, permanece a crítica que fizemos e permanece também, com muito respeito, o estranhamento. Tenho aqui o estatuto, que me chamou a atenção porque, como coordenadora, estava alguém que parecia pertencer ao Instituto e que também faz parte da "home page" do Deputado Padre João. O inciso II do art. 3º do Regimento Interno do Instituto de Promoção Humana determina: "Apoiar, anualmente, no mínimo, 20 projetos de associações de base comunitária de áreas rurais e urbanas, provindos das 9 regionais do mandato coletivo e participativo".

Concordo com o que V. Exa. diz quando apresentamos uma emenda para determinada Prefeitura, associação ou entidade. Concordo que isso é política e que a execução desses recursos deve ser acompanhada. Não há nada em relação a essa questão. Alguém desse instituto... Coordenar um grupo que está fazendo essa revisão e cuidando da questão da destinação de recursos... É essa a crítica que fizemos ao Deputado Padre João, por quem tenho respeito pelo trabalho que realiza.

Não há nada pessoal; não há, da minha parte, nenhuma acusação contra o parlamentar. Se assim pareceu, não foi a minha intenção.

Permaneço com uma defesa que fiz, não como Secretário de Assistência Social do Estado de Minas Gerais, mas como Presidente do Fórum dos Secretários de Assistência Social do País. A partir de agora, especialmente, queremos acompanhar, com os outros Secretários com quem mantenho relação, algo que defendemos sempre. Defendemos primeiramente os chamados Centros de Referência de Assistência Social - Crass -, antigos Núcleos de Atendimento Integral à Família - Naifs -, que depois foram transformados em Paifs, na época em que a Benedita estava no Ministério. Agora, com a discussão do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, nós, Secretários, percebemos algo muito importante: a sistematização da assistência social - que é muito bem-vinda - nos moldes do SUS. Mas todos os Secretários de Estado faziam a mesma defesa: o modelo padece do mesmo problema do SUS, que é o financiamento. Qual dinheiro novo virá para o Suas? Cerca de 90% do Fundo Nacional de Assistência Social estão comprometidos com o Bolsa-Família. Essa é uma preocupação. Com a Federação de hoje, os Estados, principalmente Minas Gerais, que possui 853 Municípios, conseguirão bancar a implantação de todos esses Crass e financiar isso sem dinheiro do governo federal?

Agradeço a liberalidade do Deputado André Quintão, que, regimentalmente, não precisava nos conceder este tempo. Não há da minha parte nenhuma crítica, repito, à participação popular. Defendo a participação popular, assim como defendo a participação dos Deputados na Assembléia Legislativa. Mas que ela seja pura, que conte com a presença da população de Minas Gerais neste Plenário. Muito obrigado, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado. O Deputado Miguel Martini também está inscrito, e terei a mesma liberalidade. Aproveito este diálogo, Deputado João Leite, porque acredito muito na democracia e acho que este debate pode trazer avanços. Digo e repito a V. Exa. que talvez o seu pronunciamento tenha sido um dos que mais me incomodou, porque significou uma discordância profunda e veemente de um Deputado que respeito há muito tempo - até porque sei de suas convicções e de seu trabalho. V. Exa., assim como eu e outros parlamentares, tem ônus eleitoral em consequência de bandeiras que assumiu por diversas vezes. Mas isso não nos permite sair do rumo das nossas convicções, que são permanentes. Portanto, tenho esse respeito. Faço questão de frisar esse assunto, porque envolve um Deputado da nossa bancada que respeito muito.

A Comissão de Participação Popular até hoje não aprovou emenda específica para nenhuma entidade vinculada a nenhum Deputado. Sendo assim, essa vinculação do Presidente da Comissão com alguma entidade ou assessoria foi inconveniente, porque gerou dúvidas que não podem ser geradas, principalmente por se tratar de um parlamentar que desenvolve um trabalho muito sério, o Deputado Padre João.

Mais uma vez, externo essa solidariedade. Foi muito boa a ajuda do Deputado Padre João e da sua assessoria. Qualquer Deputado pode também prestá-la. Aí entra uma discordância. Os seminários legislativos de Comissões desta Casa são coordenados por parlamentares. Hoje o Deputado Fábio Avelar coordenou a Mesa do seminário "Lixo e Cidadania". Ontem, quem a coordenou fui eu; amanhã, será o Deputado Doutor Ronaldo. É assim. A definição dos coordenadores nesta Casa... Por isso externei à minha solidariedade à Gerência de Projetos Institucionais, à Consultoria. Quero dar testemunho de que os órgãos internos desta Casa guardam uma defesa institucional da Assembléia. Tenho a liberdade de dizer que, ontem, numa situação política polêmica, quando coordenava a Mesa, um determinado servidor me disse: "Deputado, é melhor tal procedimento para não gerar grande polêmica política, o que pode comprometer a ordem do trabalhos". Ele estava zelando pelo bom andamento dos trabalhos. A assessoria tem esse cuidado. Muitas vezes somos orientados a não coordenar quando há dois Deputados do mesmo partido. Eu e o Deputado Laudelino Augusto fomos os autores do requerimento do seminário "Lixo e Cidadania". Pediram-nos: "Um fale em nome do outro". Aliás, é difícil para um Deputado proceder assim, pois todos queremos mostrar o nosso trabalho. Mas poderia parecer uma partidarização do evento. Portanto, tivemos esse e tantos outros cuidados.

Então, é feita a distribuição de coordenação de eventos. A GPI tem essa dinâmica. Há as reuniões preparatórias, para as quais todos os Deputados são convidados. Há uma escolha dos coordenadores. Neste ano, foram solicitados coordenadores com experiência de processos anteriores. Sabemos que há militantes, pessoas que participam e desenvolvem mais essas habilidades. Para que não haja dúvida, principalmente para quem assiste à TV Assembléia, o papel do coordenador é o de coordenar. Todas as sugestões dos grupos são publicadas no "Minas Gerais" e transformadas em propostas de ação legislativa - que, neste ano, foram 214. A defesa da consultoria é um trabalho fenomenal. Cada sugestão, ainda que não tenha nada a ver com o plano plurianual e o orçamento, é objeto de parecer, publicada, transformada em requerimento e encaminhada a um órgão público. A rigor, o coordenador do grupo faz a inscrição e divide o tempo. Como um coordenador de grupo pode interferir numa proposta que é acatada de plano - independentemente do coordenador? Essa proposta recebe um parecer técnico, que é submetido... É bom quando podemos dizer e realizar tudo às claras. Esse processo já vem se afirmando. Todas as proposições são apresentadas no grupo, acolhidas, publicadas no "Minas Gerais", numeradas, transformadas em proposta de ação legislativa e recebem um parecer técnico da consultoria.

Realizamos uma reunião com a presença de Deputados da Comissão. Todos os Deputados da base foram convidados e justificaram, pois desejam dar o seu testemunho. O Deputado Miguel Martini também se preocupa e tem ajudado a Comissão. Conhecemos a nossa rotina. Quantas vezes desejamos participar de dois eventos importantes, mas precisamos escolher um. Não podemos estar em dois lugares ao mesmo tempo. Isso foi dito na reunião. Estavam presentes o Secretário Tadeu Barreto; o Sr. Bernardo, Diretor de Planejamento; o Zé Geraldo, representando a maioria; a consultoria e a assessoria da Assembléia; eu e a Deputada Maria Tereza Lara. Foram lidas proposta por proposta e o parecer técnico. O governo ponderava, dizendo que isso atrapalhará o projeto estruturador e não é possível remanejar. Algumas propostas foram solicitadas a este Deputado. "Se você negociar recursos com o governo federal e acelerar convênio, talvez essa proposta seja acatada no caso específico do Prosam, do Minas Sem Fome". Quanto à outra proposta, ficamos felizes porque disseram que o Secretário Anastasia entende que é preciso mais recursos para o Sistema Único de Assistência Social - Suas. Isso foi dito no evento.

Foi pedido porque o nosso gabinete tem uma especialização em assistência social. Eu mesmo sou assistente social e fui Secretário nessa área. Pediram-nos que ajudássemos na construção técnica, no PPAG, para adequar o Projeto Estruturador nº 31 às novas deliberações do Suas. Não me furtei a fazer isso porque sou um militante da área, defendo isso na minha vida profissional e política. Portanto, há todo um processo.

Deputado João Leite, as emendas com impacto financeiro foram resultado desse debate. Eu e a Deputada Maria Tereza Lara acompanhamos e fizemos os pareceres observando o critério técnico e a negociação política. Podem perguntar o porquê da negociação política. Não queremos transformar emenda popular em palanque. Seria muito bom pegar todas as emendas, dar-lhes parecer favorável, atacar o governo fazendo um jogo na Casa, como se alguns Deputados tivessem maior ou menor grau de comprometimento. Isso não engrandece a democracia.

Não adianta ter uma emenda que vai parar na Comissão de Fiscalização. Da mesma forma, não adianta ter uma emenda que a Comissão de Fiscalização empurrará para ser derrotada em Plenário; ou ainda outra que, ao ser empurrada para o Governador, será vetada ou sancionada sem a conseqüente execução. Isso empobreceria o processo de participação, desacreditando-o. Prefiro uma emenda de R\$3.000.000,00 executada, como a que aprovamos para o Suas, a uma de R\$10.000.000,00 para se falar no palanque contra o governo Aécio Neves. Quem precisa daqueles R\$3.000.000,00 opta pela primeira fórmula. Não quer R\$10.000.000,00 aqui na tribuna, seja na fala de um Deputado da Situação ou da Oposição.

Em seguida, as emendas vão para a Comissão de Fiscalização. É normal, pois a maioria, nessa comissão, é do governo. O que sai da Comissão de Participação Popular tende a ser acatado. Digo "tende" porque, na Comissão de Fiscalização, os Deputados são conscientes de suas responsabilidades e podem aperfeiçoá-las. Isso faz parte do jogo. Zelamos para haver uma seqüência. A Comissão de Fiscalização Financeira - elogiei-a aqui -, desta vez participou conosco do processo, até mesmo para que tivéssemos uma co-responsabilização nessas emendas. O processo é muito aberto e bonito.

Depois se comunicará às entidades o que foi aprovado ou rejeitado. Desenvolvemos, aqui na Assembléia, um sistema de acompanhamento da execução orçamentária. Os movimentos começam a acompanhar a aplicação daqueles recursos, se estão sendo aplicados ou não.

Então, Deputado, não sei como um coordenador de um grupo - ainda mais da estatura moral, profissional e política como a do Deputado Padre João - pode "interferir", entre aspas, para usar o termo que V. Exa. usou, "aparelhar uma comissão ou um processo".

A minha veemente indignação, diria, é porque é muito difícil construir a democracia participativa. É muito difícil convencer as pessoas de que participar vale a pena. V. Exa. sabe disso. Então, quando uma comissão é colocada em xeque-mate, temo, não por nós do PT, porque isso pode virar bandeira política.

Deputado João Leite, lembro-me de que, na Câmara Municipal, quando eu era Vereador, um determinado colega apresentou uma proposta de extinção dos Conselhos Municipais de Belo Horizonte. Não é o caso de V. Exa., já que criticou um processo. Veja bem, fazemos reuniões com centenas de pessoas. Não levamos o processo muito à frente, pois o próprio Vereador retirou o projeto, portanto, não foi colocado em votação. Aquilo serviria até de palanque para quem quisesse defender os Conselhos. Não é o nosso caso, pois essa Comissão é da Assembléia, não dos Deputados Padre João, André Quintão e Maria Tereza.

Há grande investimento nesse processo. Temos o Parlamento Jovem, parceria da PUC-Minas e que está na sua 3ª edição, que tem mobilizado centenas de jovens, envolvendo a Escola do Legislativo e com a chancela do Reitor. Imagine se essa idéia de comissão aparelhada, vinculada a partido, somente começar a vigorar partindo, inclusive, de um Deputado respeitado, que tem audiência na sociedade mineira e que acredita na área social?

A área social tem recebido poucos recursos. No entanto, alguns jornalistas questionam o fato de haver muitos recursos populares para a área social, o que me alegra. Então respondo que a área popular é a que mais participa. As áreas que mais participam são as de segurança alimentar, da criança e do adolescente, da assistência social e, agora, a área dos direitos humanos. Isso porque são áreas que, historicamente, possuem menos recursos.

Os projetos estruturadores do plano plurianual este ano - os 31 - tiveram, em média, 52% de aumento. O projeto 31 teve redução de R\$25.000.000,00 para R\$22.000.000,00.

Então, na discussão das emendas, estabelecemos um critério. Na análise das propostas, resolvemos acolher a que recompunha o orçamento em relação às áreas que já tinham muitos recursos e às áreas com recursos diminuídos, como a área da assistência social e a área da criança. Não é por causa do PT, e sim porque são áreas mais organizadas e que fizeram conferência.

O pessoal da área da assistência, após a conferência, tomou em mãos o plano plurianual, com auxílio da Escola do Legislativo e da nossa Consultoria e assessoria, e comparou as deliberações da conferência com o plano plurianual, para que a feitura das emendas fosse feita de forma técnica. Fizemos uma capacitação aberta na Assembléia. Fico muito indignado, porque tudo foi feito de maneira transparente.

O setor de Capacitação - GPI - enviou convite para todo mundo. Não estou falando só de Deputados, mas também das entidades que participam de todos esses fóruns. Houve áreas que se organizaram para apresentação de emendas, como o pessoal do Sul de Minas. A segurança alimentar - vamos agora aprovar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar - solicitou mais recursos para o Prosan.

Quando um processo como esse é colocado em dúvida, isso é muito ruim para o seu prosseguimento e para a Comissão.

O Deputado Padre João (em aparte) - Obrigado. V. Exa., como Líder, já explicou muito bem o processo.

Gostaria de destacar o trabalho do grupo que coordenei, baseado nos programas estruturadores do governo. O meu grupo está ligado às Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente.

Como V. Exa. muito bem já destacou, o coordenador do grupo foi quem menos falou, quem teve menos espaço para falar. Contamos com a participação do Secretário de Agricultura, Deputado Federal Silas Brasileiro, que foi quem ocupou grande parte do espaço. O mesmo aconteceu com o IEF, o IMA e a Emater. Ou seja, quem teve um espaço maior foram as Secretarias de Estado, como a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente, e os órgãos ligados às respectivas Secretarias.

Todas as propostas que saíram dali vieram para o Plenário e foram acolhidas de plano. A discussão foi feita apenas em relação ao critério de execução.

Os avanços em relação ao "Minas sem Fome" só foram possíveis com recursos do governo federal, por meio de emendas de Deputados Federais. A única contrapartida do governo do Estado foi com relação à força de trabalho dos servidores da Emater. Infelizmente, este ano, nenhuma das entidades foi contemplada pelo Prosan. Todo recurso chegou aos Municípios por via da Emater.

Aí, sim, temos de fazer uma discussão política muito mais séria sobre o aparelhamento de determinadas Secretarias de Estado, como as Secretarias de Saúde, de Obras, entre outras. Mas os Deputados nem sequer conseguem uma agenda com os Secretários.

Essa é de fato uma agressão à democracia, aos Deputados e a outros setores da sociedade. Quanto à vinculação do Instituto de Promoção Humana, faço um apelo à Casa - e quero que isso conste em ata - para que analise tudo e tome as medidas cabíveis. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão\* - O Deputado questionou a Cibe. Já disse anteriormente que a composição é a seguinte: três do governo e seis de Municípios. Podem ser de quaisquer partidos e serão escolhidos pelo conjunto dos gestores. A coordenação é de uma servidora da Sedese, ou seja, a Sedese coordena a Cibe. O conselho é paritário.

Tivemos R\$1.000.000,00 a mais para a assistência no orçamento de 2003 a 2004. De 2004 para 2005, tivemos R\$2.110.000,00. Somados à área da criança, teremos R\$3.450.000,00. Estão projetados para este ano R\$4.672.000,00, principalmente para o Projeto nº 31. Podem perguntar o porquê desse projeto, e respondo que isso se deve ao fato de ele ser de iniciativa popular. Assim os movimentos tomam mais conta dele. O governo está diminuindo recursos, e a tendência é buscar ampliá-los.

Colocados os recursos no projeto, quais são os critérios? Não pode haver dúvidas a esse respeito. Fiquei muito indignado, ao ler a reportagem, porque parecia que priorizávamos aqui a emenda, que ia para o fundo, fazíamos qualquer tipo de acordo com o conselho, e depois isso ia para a Prefeitura do PT. Isso foi dito.

Pois vejam. Todos os critérios foram estabelecidos em resoluções. Programa de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual - conseguimos aumentar seus recursos, incluindo-se a participação do governo federal. Critérios: Resolução nºs 10, de 24/8/2005, e 14, de 15/9/2005. Esses são os critérios para a implantação dos centros de atendimento do Programa Sentinela: distância máxima de 70km do centro de referência; pactuação entre os Municípios envolvidos; existência de diagnóstico de abuso e exploração sexual; concordância do Município em ser sede do consórcio; existência de conselho, fundo, plano de assistência social, conselho tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e diretrizes estabelecidas pelo Ministério.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET. São 48 Municípios beneficiados. Critérios: Municípios que ainda não possuem o PET, têm muito lixo, exploração sexual, comércio de drogas, garimpo e carvoaria. Número de crianças ocupadas. Indicadores do Observatório de Políticas Públicas da PUC. Metas demandadas pelos Municípios à Sedese. Foi a Sedese que apresentou esses critérios na Cibe, e todos foram aprovados.

Centro de Referência de Assistência Social. Critérios: Resolução nº 94, de 10/11/2005: porte dos Municípios, nível de habilitação à gestão municipal, números absolutos e relativos de famílias pobres, renda "per capita" igual ou inferior a meio salário mínimo, Municípios não beneficiados pelo governo federal com o Programa de Atendimento Integral à Família. Relação de Municípios beneficiados pelo MDS para a expansão do programa.

O Cras receberia do governo estadual R\$20.000,00 para despesas com material permanente e equipamentos. Essa foi uma resolução aprovada pelo Conselho Estadual, cuja metade dos membros, como já disse, é do governo. Isso é bom para divulgarmos o trabalho da Assembléia. Os Municípios foram beneficiados graças ao esforço de todos os Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa e da Comissão de Participação Popular.

Caso aprovemos mais R\$3.000.000,00, para o ano que vem, como desejam a emenda popular e a Comissão, já contando com o aval do Secretário de Planejamento, talvez possamos beneficiar mais 142 Municípios. Já foram beneficiados os seguintes: Águas Formosas, Padre Paraíso, Malacacheta, Varzelândia, Conceição do Mato Dentro, Arinos, Itacarambi, Itinga, Peçanha, Ladainha, Água Boa, Ervália, Montalvânia, Sabinópolis, São João Evangelista, Poté, Mato Verde, Jacinto, São Domingos do Prata, Tarumirim, Santo Antônio do Jacinto, Virgem da Lapa, Santana do Paraíso, Rio Vermelho, Santa Maria do Suacuí, Capitão Enéias, Barroso, Ponto dos Volantes, Águas Vermelhas, Grão Mogol, Mirabela, Comercinho, Turmalina, Chapada do Norte, Resplendor, Açucena, Rubim, Lajinha, Rio Piracicaba, Itanhomi, Ipanema, Simonésia, Riacho dos Machados, Rubelita, Guaraciaba, Campina Verde, Nova Era, Felixlândia, Berilo, Novo Oriente de Minas, Jordânia, Bom Sucesso, São João das Missões, Itaipé, Uaporanga, Icarai de Minas, Palmópolis, Ninheira, Machacalis, Verdelandia, Santana do Pirapama, Cônego Marinho, Santa Helena de Minas, Fronteira dos Vales, Vargem Alegre, Amparo do Serra, Materlândia, Prados, Naque, Dorez do Turvo, Capela Nova, Dom Cavati, Piedade do Gerais, Pingo-d'Água, Sem-Peixe, Almenara, Bocaiúva, Novo Cruzeiro, Esmeraldas, Rio Pardo de Minas, Brasília de Minas, João Pinheiro, Diamantina, Santos Dumont, Várzea da Palma, Coração de Jesus, Taiobeiras, Mariana, Buritizeiro, Capelinha, Pedra Azul, Jequitinhonha, Mantena, Jaíba, Medina, Itaobim, Francisco Sá, Carai, Manga, São João do Paraíso, Itambacuri, Serro, Campo Belo, Carlos Chagas, Guanhães, Congonhas, Aimorés, Raul Soares, Frutal, Mutum, Caeté, Carandaí, Espinosa, Itamarandiba, Monte Azul, Janaúba, São Francisco, Janaúba, Itabira, Coronel Fabriciano, Muriaé, Caratinga, Paracatu, Vespasiano, Curvelo, Ituiutaba, Ubá, Pirapora, São João del-Rei, Uberlândia, Juiz de Fora, Santa Luzia, Barbacena, Sabará, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Patos de Minas, Araguari, Teófilo Otôni, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte.

Desses 142 Municípios, 24 são governados pelo PT. Ou seja, critérios universais foram aplicados. Eles disporão de recursos para equipamento. Depois, foi liberado recurso estadual para a implantação de dois novos Cras em 26 Municípios; desses, 3 são governados pelo PT.

Há Municípios, com 40 mil a 50 mil habitantes, que dispõem de dois centros. Belo Horizonte, governada pelo PT, possui 2.200.000 habitantes e 3 centros. Ela deveria ter 40, seguindo-se o critério da proporcionalidade, mas dispõe de apenas um a mais do que as cidades com 40 mil habitantes. Isso é priorizar uma cidade governada pelo PT? E a Capital poderia ser priorizada, porque o seu número de pobres, infelizmente, ainda é muito grande.

Isso foi publicado no "Minas Gerais". Trata-se de resoluções públicas. As emendas são aprovadas pelos Deputados, e todas as propostas são acolhidas. Como agir indevidamente para beneficiar as Prefeituras do PT? Esse foi o centro da crítica, porque, sinceramente, todos nós coordenamos grupos e vários eventos legislativos da Assembléia. O centro da crítica foi exatamente o aparelhamento dos conselhos e a forma de aprovação de emendas para beneficiar as Prefeituras do PT.

Então, isso não procede. Gostaria que o Deputado refletisse sobre isso. Antes de conceder aparte ao Deputado Miguel Martini, reitero que continuo com o mesmo juízo do ponto de vista de compromissos e de trajetória. Disponho-me a conversar pessoalmente sobre o aperfeiçoamento do funcionamento da Comissão e os seus procedimentos. É muito ruim quando um trabalho construído por muita gente é colocado em cheque indevidamente. A crítica faz parte, e temos de estar abertos para recebê-la. Faço uma autocrítica não a mim, mas ao conjunto da Assembléia. Outras áreas desta Casa, do ponto de vista da atuação dos Deputados, necessitam de um investimento maior para participar do PPAG. Sinto que as áreas vinculadas à logística, ao transporte e ao desenvolvimento econômico ainda têm uma participação restrita, porque têm um acesso direto aos mecanismos decisórios do governo.

Quem não tem vem aqui; vêm os pobres, as creches, os asilos, o pessoal da segurança alimentar, da área da criança. Mas seria bom que os outros segmentos empresariais, econômicos e financeiros do Estado também participassem. Seria bom descentralizar esse processo para as regionais. Quando era Presidente, já sugeri a descentralização, mas os técnicos da Assembléia, ciosos da questão política, disseram que, se eu fizesse isso, quem estivesse se empenhando mais na Comissão rodaria o Estado coordenando audiências públicas, o que criaria um fuzê político. Tinha razão. Precisamos construir a pluralidade da Comissão com todos os Deputados, para que haja comprometimento de todos.

Já propus ao Presidente que fizéssemos esse debate descentralizado, mas para isso precisamos de todos os Deputados. Não seria justo que cinco Deputados coordenassem todo um trabalho de orçamento do Estado nas regiões, sendo que em muitas não temos um trabalho mais aprofundado. Penso que precisamos regionalizar, pois o debate ainda fica muito centralizado em Belo Horizonte. Outras áreas precisam ser mais mobilizadas.

A capacitação deve continuar, pois está dando muito resultado. Algumas emendas populares chegaram até com o número da ação, finalidade, tudo. O pessoal estudou, fez reunião, freqüentou a Escola do Legislativo, capacitou-se. Esse trabalho deve ser ampliado.

Críticas dessa natureza são sempre positivas. Mas o processo foi colocado em suspeita, como se houvesse manipulação partidária. Isso não é verdade, como os dados provam. Por isso não quis fazer discurso retórico. Quis mostrar resoluções publicadas no "Minas Gerais", que evidenciam que 80% das cidades beneficiadas são da base de apoio do governo Aécio Neves, do ponto de vista do comando da gestão municipal. Os Conselheiros estaduais são pessoas sérias. Há aqueles que nem têm partido político e que se dedicaram a vida toda a isso. Mas, se um processo ampliará recursos para a área da assistência social, lógico que serão adeptos e fortalecerão a Comissão, independentemente de serem filiados ou não a partido político. Falar que os conselhos são manipulados é um ataque aos Conselheiros. É incorreto, é fazer pouco da consciência dos Conselheiros. Talvez a intenção tenha sido atacar o PT, mas, quando esse tipo de crítica é feita, atinge o Conselheiro indiretamente, como se o Conselheiro fosse manipulado. A área da assistência social cresceu muito; as pessoas não estão mais pedindo favores a políticos, mas sim exigindo direitos. A Assembléia está fazendo sua parte. Depois do PPAG, a requerimento da Deputada Elisa Costa, com nossa participação, foi realizado neste Plenário, com a presença do Ministro Patrus Ananias, um debate com mais de mil representantes,

exigindo mais recursos em todos os níveis - federal, estadual e municipal - para a área da assistência social. Essa área está mobilizada.

Deputado, usando um jargão comum a nós dois que somos amantes do futebol, e com a liberdade que tenho com V. Exa., penso que V. Exa. fez um gol contra. Foi um gol contra a Assembléia, porque é ela que cresce com esse processo. Foi um gol contra a política de assistência, contra a democracia participativa. Foi um gol contra nosso convívio, ao levantar suspeição sobre a participação de um Deputado coordenando um grupo. Gol contra faz parte da vida. Muito zagueiro fez gol contra, mas depois salvou nosso glorioso time muitas outras vezes. Um gol contra não invalidará nossa construção política na Assembléia.

Para isso, precisamos desse debate, dessa conversa. Faça isso com veemência, mas com muita tranquilidade, porque não quero que a assistência social perca recurso este ano. Não quero que as emendas sejam prejudicadas; que, no ano que vem, outras pessoas não participem porque leram essa reportagem; que essa Comissão seja estigmatizada. Por isso disse de uma área em que nós dois temos afinidade: a área em que V. Exa. milita e que todos nós defendemos. Aliás, o nosso Deputado Durval Ângelo preside a Comissão que ficou estigmatizada pela manifestação indevida de muitos setores. Muitos dizem, por exemplo, que quando defendo o Estatuto da Criança e do Adolescente defendo o adolescente infrator. Tenho a coragem de dizer que não, que o estatuto precisa ser colocado em prática. Já fiz esse debate aqui, com Deputados que possuem outra visão. Mas o estatuto ficou com o estigma de ser a lei que protege o adolescente que comete ato infracional.

Não podemos rotular nenhuma Comissão, porque eu passo, o Padre João passa, assim como V. Exa. Todos nós somos passageiros. Temos de fortalecer a Comissão de Participação Popular. Quem a acompanha sabe que não há manipulação, que tudo que ali chega é discutido. É lógico que cheguem mais propostas de uma área que de outra. É lógico que os Deputados sejam atores políticos.

Sou militante da área social. Defendo a ampliação do orçamento para as áreas social, da criança e do adolescente, de segurança alimentar e de direitos humanos e de assistência. Na discussão do orçamento, farei de tudo para ampliá-lo. Defendo ainda a educação infantil. E, quando há processos públicos, ajudo na mobilização, porque é importante, assim como quando há orçamento participativo.

Infelizmente, no Brasil, há a cultura de que o que é valorizado politicamente é a obra, que também é importante. Muitas vezes, na visão conservadora dos políticos, atender a criança e a educação infantil, matar a fome, cuidar das famílias, não gera voto. Deputado Gilberto Abramo, V. Exa. tem o mesmo compromisso e sabe que, muitas vezes, uma rede de ações preventivas pode salvar uma família do alcoolismo, da desagregação, do tráfico. Mas são políticas públicas, cuja autoria política não será identificada. Se é pintado o meio-fio de uma rua, seus moradores logo identificam o político autor do benefício. Por essa razão, às vezes o político prefere jogar dinheiro nisso. Não julgarei o mérito da questão, se os recursos devem ser destinados a isso ou àquilo. Mas acho que se deve investir na área social. Sou um ator político e defenderei recursos para essa área, não tenham dúvida. Se houver um processo público, o defenderei. É lógico que, na Comissão de Fiscalização Financeira, defenderei as emendas populares da área social, como as do turismo, do café, do "Minas sem Fome", porque são emendas aprovadas na Comissão. E, quando chegarem ao Plenário, também defenderei as emendas da área social. Mas isso não significa, em nenhum momento, nenhum tipo de aparelhamento.

Os Deputados que conhecem a Deputada Maria Tereza Lara e a mim sabem como me conduzi nestes dois anos, valorizando sempre a Assembléia, reconhecendo o trabalho da Mesa diretora, valorizando o trabalho coletivo e o principal ator: a população organizada. Se não houvesse as 583 entidades e as pessoas inscritas este ano, não teriam sido apresentadas 214 sugestões. Esses são os principais partícipes do processo.

Considero as ponderações injustas e indevidas, mas "fazem parte". Quantas vezes erramos também? Porém, merecem ser avaliadas. No que diz respeito ao Deputado Padre João, passaram um pouco da conta, do limite do respeito ao parlamentar. Ficou sugerido que houve algum tipo de beneficiamento vinculado à subvenção social.

Entendo que houve a pretensão de relembrar questões do passado da Assembléia, que felizmente não constituem mais realidade. Esse tipo de crítica não é pertinente. Como disse, gol contra faz parte do jogo. Todavia, o time da democracia participativa, o time de mais recursos para a área social não pode perder com um gol contra. Não deixaremos que a Comissão de Participação Popular, por causa de uma visão distorcida, seja posta em xeque nesses termos, nessa situação.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado André Quintão, em primeiro lugar, solidarizo-me com V. Exa. e com o Deputado Padre João, visto que os fatos foram mal apresentados. Torna-se necessário abordar esse assunto, para que a população mineira fique bem informada. V. Exa. e o Deputado Padre João esclareceram muito bem a questão. Espero que, na imprensa escrita, os equívocos cometidos quanto aos fatos veiculados - já que eles não condizem com a verdade - também sejam corrigidos, tanto no que se refere ao Padre João quanto à Comissão de Participação Popular.

Essa Comissão, que representa uma das grandes conquistas do Parlamento, é realmente importante. Foi criada, primeiro, na Câmara dos Deputados; depois, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que foi a primeira a fazê-lo, por sugestão da Bancada do PT. Entendendo a importância da criação, em Brasília, de uma Comissão de Participação Popular, propusemos que fosse criada aqui. Essa Comissão tem sido um sucesso, visto que visa organizar os trabalhadores, enfim, o povo em geral, para que, a partir da inserção no parlamento - forma de representação popular mais adequada, já que viabiliza a discussão de diversas questões referentes a ganhos sociais - consigam realizar conquistas.

É claro que tal Comissão teria mesmo de estar ligada à área de ação social, ao orçamento, ao plano plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Possui, inclusive, caráter educativo, porque ajuda o povo mineiro e brasileiro a entender questões orçamentárias, a participar do dia-a-dia, a compreender o que o Estado pode ou não fazer e quais são suas prioridades. Sem sombra de dúvida, essa Comissão tem prestado um grande serviço não só à Assembléia Legislativa, mas também a todo o Estado.

Isso também acontece com a Comissão de Segurança Pública, criada recentemente, a partir do relatório da CPI do Narcotráfico. Como relator, sugeri a instalação de uma comissão que funcionasse constantemente para averiguar questões relativas à segurança pública no Estado. Essa Comissão fazia muita falta. Havia a Comissão de Direitos Humanos, cujo trabalho é importante. Todavia, fazia-se necessário contarmos com o trabalho da Comissão de Segurança Pública, que tem prestado importantes serviços à Assembléia Legislativa. Então, saudamos essas duas comissões de iniciativa do PT - de parlamentares ou da própria bancada. Nesse espírito de participação popular, funciona o governo do Presidente Lula, as Prefeituras do PT e o movimento social.

Aproveito o aparte para informar que, no dia 30, haverá uma grande mobilização em Brasília de todos os setores sindicais e populares, bem como dos que lutam pela terra e pela reforma agrária. Esse movimento surgiu da iniciativa da Central Única dos Trabalhadores - CUT - e dos sindicatos, mas se expandiu para toda a área popular. Essa manifestação representará a luta por bandeiras sociais importantes, entre elas o salário mínimo, para o qual o governo, felizmente, vem dando condições de melhoria.

Desde que o Presidente Lula assumiu a Presidência da República, o salário mínimo tem tido aumento real, reajustes acima da inflação, ao contrário do que ocorria no governo FHC, que sempre concedia reajuste abaixo da inflação. Seria bom que concedesse reajustes maiores; todavia, dentro do possível, tem reequilibrado o valor do salário mínimo.

Provavelmente, após o reajuste do salário mínimo, infelizmente, as professoras de 1ª a 4ª séries novamente ganharão menos que o salário mínimo, considerando-se o piso salarial de Minas Gerais. O Governador Aécio Neves, depois de muita luta nossa pelo envio das tabelas, que deveriam ser aprovadas, passou o salário dessas professoras de R\$212,00 para R\$323,00. Ficará novamente "pari passu" com o salário mínimo. O Governador Aécio Neves faz uma tremenda propaganda sobre a questão educacional.

Outro ponto importante acerca dessa marcha que a CUT realizará com sindicatos e movimentos populares refere-se à área educacional. V. Exa. citou essa área como essencial. Será pedida agilização para aprovação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - Fundeb -, que está parado no Congresso Nacional porque a Oposição ao Presidente Lula apenas quer saber de aumentar a crise para ver se o País pára, se dá tudo errado, para eles voltarem ao governo. Aumentar a crise é a única coisa que a Oposição conservadora faz no Congresso Nacional. Para eles, quanto pior melhor. Se todos estiverem ruins, eles acreditam que voltarão ao governo, piorando o País, como fazem. Estão trancando a pauta, e o Fundeb está lá para ser votado. Faremos uma grande mobilização, pois se trata de um fundo fundamental porque, além de incrementar a educação de 1ª a 8ª séries, obrigará Municípios e Estados e a própria União a alocarem recursos na educação infantil e no ensino médio. Trata-se de um dos grandes projetos que o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional, que infelizmente está paralisado. Exigiremos do Congresso a votação do Fundeb.

A outra questão é a regulamentação da Emenda nº 29, da saúde, que o governo Aécio também não respeita. Minas Gerais ficará com um déficit orçamentário. O Deputado Rêmoló Aloise, que é médico e que também está preocupado com essa questão, sabe disso. O rombo do governo Aécio na saúde, não respeitando a Emenda nº 29, será, ao final de seu governo, considerado o passo em que caminha, um déficit de cerca de R\$3.500.000.000,00. O seu governo deixará esse déficit na área da saúde pública por não respeitar a emenda. Portanto, é necessário regulamentá-la até mesmo para que outros governos do Estado não façam aquilo que fez o Governador Aécio Neves neste ano.

Parabenizo V. Exa. pelo trabalho como Presidente e membro da Comissão, atualmente sob a Presidência da Deputada Maria Tereza Lara. A Comissão de Participação Popular tem olhado fundamentalmente as questões sociais, que julgo prioritárias.

Presto solidariedade também ao trabalho do Deputado Padre João, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, parlamentar que deu a essa Comissão a característica de olhar os sem-terras, os despossuídos, e não mais apenas os latifundiários e os grandes proprietários rurais. A Comissão de Agropecuária, por intermédio do Deputado Padre João, inverteu a prioridade, na prática, pela primeira vez na Assembléia Legislativa. Deixo-lhe o meu apoio e solidariedade.

O Deputado André Quintão\* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Já nesses minutos finais, queria fazer um apelo novamente para que continuemos nesse fortalecimento institucional da Assembléia, para que possamos aprovar as emendas populares. Digo apelo porque acredito que a maioria dos Deputados e Deputadas já estão muito sensibilizados.

Essa é a minha maior preocupação. As críticas ao partido resolvemos e discutimos politicamente. Queria alertar que temos emendas na área de lixo e cidadania; de segurança alimentar; de educação infantil; do combate à exploração sexual e da erradicação do trabalho infantil; para melhoria da merenda escolar, inserindo-a no ensino médio em regiões pobres; para implantar o Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais; para beneficiar o turismo no Sul de Minas. Enfim, emendas que repercutem nas várias regiões do Estado.

Valores muito altos? Não, são R\$7.000.000,00, ou seja, aquilo que foi possível remanejar. O governo e a assessoria da Assembléia foram capazes de apontar fontes com anulação de despesas. Tivemos condições de aprovar essas emendas na Comissão de Participação Popular.

Gostaria que o esforço das 583 entidades, dos técnicos da Assembléia Legislativa e a parceria da Comissão da Assembléia com a Seplag, com o governo, fossem traduzidos na aprovação dessas emendas na Comissão de Fiscalização Financeira e também aqui no Plenário.

Encerro fazendo um apelo para que todos os partidos da Casa valorizem a participação popular na aprovação dessas emendas. A Assembléia hoje é modelo para o Brasil. Isso é fruto de um esforço de todos nós. A Comissão não pode ser penalizada pelo fato de um determinado partido a presidir. Estamos abertos a quaisquer críticas.

Destaco, por questão de justiça, que, nesse episódio, a cobertura da imprensa foi absolutamente correta, porque ouviu as partes envolvidas e simplesmente noticiou as opiniões. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, aguardei pacientemente para que pudesse ter o tempo e, de alguma forma, o controle desse tempo, a fim de, como disse anteriormente, defender-me, especialmente de algumas palavras muito duras e de ameaças. Reitero que não as temo, porque na minha vida nada foi fácil, desde criança. Mas sempre contei com o apoio dos meus pais, da minha família, de muitos amigos e de Deus. Com isso, consegui superar as adversidades, as dificuldades e as lutas que se apresentaram em minha vida.

As ameaças que novamente se apresentam contra a minha vida não me intimidarão. Não ficarei intimidado com ameaças. Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Miguel Martini, a quem agradeço por ter-me concedido este tempo para que pudesse fazer a minha defesa frente a essas palavras duras dirigidas à minha pessoa e também a essas ameaças que recebi.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, muito obrigado. Apenas o fiz por uma questão de justiça e em razão do processo democrático. Esperava que houvesse o aparte, que não foi possível, mas V. Exa. agora tem tempo suficiente para a sua defesa. Eric Hobsbawm dizia que todo ponto de vista é visto a partir de um ponto.

A leitura que foi feita da declaração de V. Exa. é exatamente o oposto do que estão dizendo. A leitura que fiz é de que V. Exa., como democrata que é, fez a defesa da democracia, da participação popular, da Comissão e do processo. A lógica é a da valorização da participação popular. Essa Comissão foi criada como uma forma de avançar um pouco na democracia direta. A defesa de V. Exa. é no sentido de que se valorize a participação do povo.

Quando V. Exa. afirma que, de sete, cinco não eram dirigidas pelo povo, que não tem mandato, que não é funcionário, que não tem vinculação com o mandatário, é uma defesa da Comissão de Participação Popular. A sociedade que leu isso deve ter entendido dessa forma, pois foi assim que eu entendi. Está zelando para o aprimoramento desse processo democrático, e não o contrário.

Parabenizo V. Exa. por trazer este debate, que é lícito e de direito, para a Assembléia Legislativa. Ninguém aqui está isento de cometer algum equívoco, de exacerbar suas posições. A Comissão de Participação Popular avançou, e queremos que se aprimore cada vez mais. Quando constatarmos que ela sofreu algum tipo de ameaça, é nosso dever fazer o que fez V. Exa, ou seja, trazer à discussão. Nesse debate, cada um deve apresentar suas razões, convicções, ações para haver ganho.

V. Exa. fez uma crítica política, que é positiva, salutar e que faz parte do processo democrático. Portanto, não a recebi como uma ameaça porque não cabe nenhum tipo de ameaça. Pelo contrário, cabe aplauso à V. Exa.

Quando a Comissão de Participação Popular passou a existir, contou com um governo democrático, denominado Governador Aécio Neves. Nesse aspecto, está sendo debatida a discussão do PPAG. É a primeira vez que isso ocorre no País, e ocorreu porque quis o Governador, um Governador transparente, democrático, que foi parlamentar e que tem, em seu sangue, o espírito do parlamento. Ele quis fazer esse debate. Nem o governo federal nem Prefeitura nenhuma fizeram isso, mas ele quis fazer o debate. O que a Comissão de Participação Popular fez e o que a Assembléia Legislativa deve fazer é avançar ainda mais.

Há dez anos, venho defendendo, não a discussão do PPAG, mas o PMDI. A participação da Comissão de Participação Popular nessa discussão é fundamental.

As comissões da Assembléia Legislativa precisam ser revistas, pois quem define o PMDI, o PPAG, a LDO e a LO é a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Se for a Comissão de Participação Popular que realizar esse debate, teremos de incluir necessariamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. E deve ser promovido conjuntamente ou se corre o risco de a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária não acatar essas emendas. É regimental, legal e perfeitamente possível que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária não as acate. Essa é uma prerrogativa da Comissão.

Para não correremos esse risco, sugiro que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária participe da discussão do instrumento de planejamento público. É necessário haver uma reunião conjunta. É salutar trazer toda a sociedade para discutir. Todavia, também é honesto de nossa parte dizer a essa sociedade que estamos buscando mecanismos que garantam que, uma vez aprovado na comissão conjunta, isso se torne lei.

O Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira pode, por exemplo, discordar, autodesignar-se relator ou designar outro Deputado, que pode dizer: "Se sou relator, farei minha avaliação". Os membros dessa Comissão podem dizer: "Nós, que somos os membros, que discutimos isso ao longo do tempo, que discutimos o orçamento e votamos a LDO, achamos que essas não são as prioridades". Aí, o que ocorrerá, Deputado João Leite? Pode ocorrer o mesmo que ocorreu com as audiências públicas, em que a Assembléia ia às bases discutir o orçamento - e aqui houve um erro também. Chegando lá, o povo acreditava que aquilo era verdade, que as propostas seriam consignadas no Orçamento. Até as incluíamos, mas o Executivo dizia: "Não, a minha prioridade é outra; não executarei isso". E caímos no descrédito; perdemos, porque o foco estava equivocado.

A sociedade mineira organizada tem de ser chamada para discutir, sim, o PMDI; tem de definir os rumos - mas não para um, dois, três ou quatro anos. Quem sabe para três mandatos, ou seja, 12 anos, no mínimo? O que queremos alcançar em 12 anos na educação, na saúde, no saneamento básico, no desenvolvimento industrial e na agricultura? Definidas essas linhas mestras, cada candidato ao governo terá de dizer como pretende executar um terço desse processo estabelecido pela sociedade. Aí sim, avançaremos no processo democrático, definindo a sociedade suas prioridades. Infelizmente, hoje, na democracia representativa, isso ainda não ocorre no nível desejado de valorização popular. Se lá atrás a Assembléia tivesse discutido não o orçamento, mas o PPAG, talvez tivesse obtido maior êxito, porque a sociedade não tem como avaliar exatamente os valores, os quantitativos. Com a estabilização da economia, é perfeitamente possível dizer que o PPAG envolve R\$70.000.000.000,00 ou R\$80.000.000.000,00. Podemos dizer que o PMDI - não o que está aí, que está muito aquém do desejado... O legislador mineiro avançou. Só existe plano de desenvolvimento integrado em Minas Gerais. Nos outros Estados há apenas três instrumentos: o PPAG, o LDO e a lei orçamentária.

Parabenizo mais uma vez o Deputado João Leite pela preocupação que tem com a valorização, com a não-frustração, com a participação do cidadão e da cidadã, que deve ter vez e voz. Mas não. Novamente, o Deputado André Quintão disse que é comum que as comissões... É claro que é comum, em todas as comissões, os Deputados coordenarem ou presidirem os trabalhos; mas a Comissão de Participação Popular foi criada com uma nova expectativa, que é a valorização do povo, do cidadão e da cidadã. É isso o que V. Exa. está defendendo. Quem assistiu ou está assistindo a este debate ficará mais tranquilo e dirá: "Puxa vida! Há preocupação em defender a Comissão de Participação Popular; há a preocupação de que o processo seja cada vez mais democrático, sem risco de manipulação, de domínio político daqui ou dali". É isso o que V. Exa. está fazendo. Quanto a trazer questionamentos políticos - nada de caráter pessoal - a esta Casa, isso é salutar. Esse é o nosso papel. Se não agirmos assim, estaremos omitindo-nos.

Sendo assim, vejo exatamente o contrário. A Comissão de Participação Popular precisa avançar nessa discussão. Levarei isso para a Comissão, a fim de que, no próximo ano, promova essa discussão com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, já com um relator designado para dar parecer sobre essa matéria. Pretendemos que seja peça integrante de todo esse debate e garanta que ele e os membros da Comissão acolherão. Do contrário, se isso se frustrar, correremos um risco tremendo e absolutamente regimental.

Deputado João Leite, parabéns! Realmente o debate vem para esclarecer. Diferentemente do que ouvimos por parte do PT, do Deputado André Quintão e dos outros, observo o zelo de V. Exa. Acredito que a sociedade ganhará, e os que participaram ficarão mais tranquilos, sabendo que alguém está zelando pelo seu direito de participar. Já que isso foi concedido na Assembléia Legislativa, que seja verdadeiramente alcançado. É isso que V. Exa. defende. Mais uma vez, parabéns!

O Deputado João Leite - Deputado Miguel Martini, muito obrigado. Usou-se aqui uma figura do esporte. Acredito que essa figura deva ser outra. Não é gol contra. Criticamos um partido que é dono da bola, do apito e das camisas e que escala um time. Se é participação, todos devem participar. A outra figura do esporte é defender, passar a bola no vôlei, levantar e cortar. Não dá para bater escanteio e cabecear. É preciso participação de uma equipe. Não está respondida a crítica, que especialmente é firme em relação à Comissão de Participação Popular. Não responderam por que 43 emendas chegaram à minha mesa, com solicitação para que as assinasse. Não quis assiná-las porque 33 delas terão como relatores Deputados do PT. Por que V. Exa., que é membro da Comissão, não as relatará? Por que somente esses Deputados? A figura é outra: bater escanteio e cabecear. Não há como jogar sozinho. Os outros precisam participar.

V. Exa. lembrou uma experiência da Assembléia Legislativa, das audiências públicas, que lamentavelmente se frustrou justamente por isso. Havia uma irrealidade e depois a tentativa frustrada de ingressar na discussão do orçamento participativo. Somente alguns discutiam. Então, não era participativo. Lamentavelmente, a figura utilizada é essa, e não a da participação. Creio que essa Comissão efetivamente deveria dar exemplo nesta Casa, aproveitar as idéias e a presença dos Deputados. Questiono por que alguns Deputados não desejam ficar nessa Comissão. Por que solicitarão a retirada dos seus nomes? Por que não têm participação na Comissão? Por que a designação de relatores recai somente sobre os Deputados de um partido?

Em momento nenhum, usarei as armas empregadas contra mim, pois não são democráticas. Aliás, são armas do Parlamento para ameaçar. Poderia utilizá-las em um evento recente. Deputados desta Casa disseram num jornal que eu era defensor de bandidos. Porque, praticamente, dei a minha vida em defesa das pessoas atingidas. Disseram em 1 milhão de jornais em Belo Horizonte que eu era defensor de bandidos. Poderia fazer uma representação contra esses Deputados, mas minhas armas no parlamento são as do diálogo.

Então, não me assustarei com ameaças. Continuarei fazendo a minha crítica à falta de participação, de democracia, ao domínio de alguns em relação a questões importantes. Pois bem, teremos 33 emendas populares.

A outra tentativa é jogar-me contra a assessoria e contra a Consultoria da Assembléia Legislativa. Espero que isso não aconteça. É uma tentativa, no mínimo, arriscada, pois são muitos os anos que tenho de atuação neste Parlamento. Não faço nenhuma crítica à assessoria desta Casa, pois devo muito a ela, reconheço o papel fundamental que desempenha. A crítica que faço é aos Deputados do Partido dos Trabalhadores. Não adianta tentarem empurrar a crítica para os consultores e assessores deste Parlamento. Estou muito satisfeito com eles. Fazem um trabalho que deve ser reconhecido por toda Minas Gerais. Não há distância que os impeça de estarem conosco nas diversas Comissões. Portanto, a crítica que faço não é a eles. Dou-lhes o meu reconhecimento pela presença permanente e pelo trabalho realizado. As críticas são dirigidas aos Deputados, que têm que responder por que alguns não podem participar.

Vejam bem, são mais de mil inscritos para a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental. E surgem idéias cujos relatores serão de apenas um partido! Então, não há crítica nem à assessoria nem à Consultoria, mas à Presidência da Comissão. Por que os outros Deputados não podem ser relatores?

Estou enfrentando essa questão, apresentando-a com transparência, publicamente.

Há uma tentativa, primeiro de ameaça, examinando-se a possibilidade de representação contra o Deputado. Ameaça-se o Deputado para tentar calá-lo. Essa é uma prática dos regimes mais fechados, que, como atleta, tive a oportunidade de conhecer. Perderam-se com o tempo, pois as pessoas não querem ser ameaçadas e, por meio de ameaças, recuarem; querem liberdade. Deus as criou com liberdade e, portanto, devem ser livres. Então, não adianta ameaçar-me.

Uma outra tentativa é a de desviar o foco, que não é a Assembléia Legislativa nem a Consultoria, mas, sim, os Deputados, a Presidência da Comissão, que escolheu determinados relatores e avocou para si a relatoria. Isso não é participação. Aqui estiveram mais de mil pessoas tratando da revisão do Plano Plurianual, que aguardam o que acontecerá com suas propostas. Os relatores já estão escolhidos. Eu não posso ser relator, pois o titular é o Deputado Miguel Martini. Por que ele não pôde ser escolhido? Todas as pessoas que participaram dessa revisão, aqui na Assembléia, verão que quem consegue ser relator são somente alguns Deputados; outros, não. Isso é ser dono da bola, da camisa e do apito.

Um outro aspecto diz respeito à assistência social. Creio que o Governador Aécio Neves não me escolheria para ser Secretário de uma Secretaria tão abrangente quanto foi e quanto é a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes se não tivesse confiança no meu trabalho. Pela primeira vez aconteceu algo histórico: tratar o esporte como algo fundamental para o nosso povo, tratá-lo como gerador de emprego e renda, como uma política importante para a assistência social, unindo essas políticas numa mesma Pasta, num esforço para mudar a situação de muitas famílias no Estado de Minas Gerais.

Sei que o Governador, quando pensou essa Secretaria, não teria escolhido alguém que não tivesse compromisso com a assistência social, com a geração de trabalho e renda, com o esporte, com os direitos humanos e com a luta contra as drogas; alguém que não defendesse a causa das crianças, da mulher e do idoso. Autor que sou do Conselho Estadual do Idoso, sei que ele não teria feito isso.

Não adianta tentar desviar o assunto para o problema dos conselhos. Os conselhos são instrumentos importantes. Disse isso na minha primeira fala. Dei apoio e fui disputar para que os recursos fossem destinados ao Fundo Estadual da Assistência Social.

Falo diretamente para o Deputado André Quintão, com muito respeito. V. Exa. registrou a sua fala numa matéria do Jornal "Estado de Minas", de hoje, que não faz jus ao seu conhecimento da assistência social. V. Exa, com a sua experiência política, tratou a questão dizendo que não colocaria recursos na assistência social já que o Deputado João Leite concorria contra o PT à Prefeitura de Belo Horizonte. V. Exa. sabe que o Secretário, na área da assistência social, é apenas um gestor. Quem delibera é o conselho.

Portanto, não deveria haver nenhuma preocupação de V. Exa. quanto a injetar recursos na assistência social, já que eu cumpri, cabalmente, a minha missão de gestor da assistência social no Estado, me desdobrando como Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social.

Desviar o foco da questão para os conselhos não está correto; e tentar jogar os conselhos contra mim, muito menos. Mas isso eu não temo, porque, na última conferência estadual da assistência social, foi dirigida a mim uma moção de repúdio por não ter cumprido algo que tinha assumido: trocar o nome da Secretaria para Secretaria de Assistência Social e Esportes.

Justamente no momento em que iríamos fazer isso, o governo federal mudou o nome de Ministério da Assistência Social para Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por isso, não tínhamos razão para continuar essa disputa dentro do governo, porque os outros setores achavam que seria um gasto mudar tudo aquilo, já que o governo federal tinha, de alguma forma, acompanhado o modelo proposto pelo Governador Aécio Neves em Minas Gerais.

Não me assusto com essas coisas. Tenho a minha consciência limpa quanto ao trabalho que realizei nessa Secretaria, que abrigava praticamente 6 políticas e 14 conselhos.

Presidi o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e me desdobrei trabalhando e viajando por este Estado afora, como Secretário.

Espero que essa tentativa - que aconteceu aqui, nesta tarde, de me jogarem contra os Consultores e os Assessores da Assembléia Legislativa e de me jogarem contra os conselhos - não vingue.

A ameaça feita a mim não vai me calar ou me deter no trabalho que tenho de realizar.

As críticas estão fundamentadas em apoio à participação popular, à participação dos Deputados na Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa.

Quero também a participação das pessoas. Faço questão de estar presente em todas as audiências públicas da Comissão de que sou titular, em qualquer lugar em que acontecerem, mesmo não sendo solicitadas por mim. Estou sempre presente, exercendo o mandato que a população de Minas Gerais me confiou.

A escolha dos Municípios deu-se na plenária de revisão do plano plurianual, nesta Assembléia Legislativa. O apelo foi feito pelos participantes e, de alguma forma, demos guarida a ele.

Quero dizer o que penso, em vez de as pessoas que utilizaram o microfone fazê-lo em meu nome. Não preciso dizer isso, considerando-se minha trajetória, em todos os aspectos, a começar pela luta que empreendi com outros companheiros de profissão como atleta profissional,

quando a nossa profissão não era reconhecida. Enfrentando muitos poderosos, juntei-me a muitos colegas, atletas, para lutar pelo reconhecimento de nossa profissão.

Isso só aconteceu - e nunca me esquecerei dessa data - no dia 8/4/1976. Estavam ali grandes e corajosos atletas, como Wilson Piazza, Heleno, Warlei Ornelas, Vicente de Paula e outros. Unidos, lutaram não apenas por si, mas por todos. De alguma forma, todos foram beneficiados, pois até aquele momento não tínhamos nosso Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, apesar de termos servido ao mesmo clube por muitos anos.

Minha história de luta demonstra minha identidade com o povo, com as pessoas. Como a maioria da população, nasci em uma vila de Belo Horizonte e conheci as dificuldades da vida. Por isso, não é mais uma dificuldade que me impedirá de continuar o meu trabalho, de falar o que sei ser verdade. Não temerei, de maneira alguma, as ameaças e as tentativas de desqualificação do meu trabalho.

O Deputado André Quintão (em aparte)\*- Obrigado, Deputado João Leite. Quero continuar esse debate político entre parlamentares que têm trajetórias comprometidas com a área social, apesar de trilharem caminhos diferentes e terem escolhas partidárias diferentes.

Ouvi as palavras de V. Exa. e do Deputado Miguel Martini, no aparte. Já estamos praticando muitas sugestões abordadas pelo Deputado. Este ano, o processo está sendo realizado em conjunto pelas comissões. O lançamento ocorreu em conjunto com o Deputado Domingos Sávio e a Deputada Maria Tereza Lara. Se o assessor José Geraldo fosse Deputado, pediria seu testemunho. Antes de começar a reunião, este Deputado questionou, várias vezes, o porquê de não estarem presentes os Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e o Líder da Maioria.

Não estavam presentes devido a outros compromissos, e não por omissão. O calendário legislativo imprime essas coincidências. Já houve esse esforço da nossa parte, pois estavam presentes o Secretário Adjunto de Planejamento, os Consultores da Casa e o Assessor da Maioria. Registro que esse esforço de construção coletiva existe. Não se trata de colocá-lo, de forma alguma, contra o Conselho ou contra o servidor. Esse é o debate, de forma muito respeitosa. Ao dizer que há um aparelhamento da Comissão e uma manipulação dos conselhos, V. Exa. desautoriza o processo. A crítica partiu de um Deputado que participa de audiência pública e é respeitado por este Deputado, que há bastante tempo conhece V. Exa., a sua assessoria e a sua equipe de trabalho.

Acredito que este seja o centro do debate. Houve manipulação de verbas de assistência para beneficiar as Prefeituras do PT? Não; os critérios são públicos e beneficiaram 80% das Prefeituras, que não são do PT. Esse foi o centro da crítica.

Com relação à coordenação de grupo e ao relator, imagine se eu reclamasse por ser o Deputado Alberto Pinto Coelho o relator, e não eu, Líder do PT! Eu estaria errado. Penso até que deveria haver um rodízio, pois, em todos os anos, o relator do orçamento e do Plano Plurianual é sempre alguém da base de governo. A Oposição é sempre desconsiderada; nunca relatou o PPAG e o orçamento. Não criticarei a base de governo e não colocarei em cheque a credibilidade dos relatórios do PPAG e do orçamento por serem feitos por esses Deputados, pessoas honradas que ouvem a Oposição e a sociedade civil por meio da Comissão de Participação Popular.

Não há, da minha parte, nenhuma ameaça. Estou defendendo que os Conselhos não são manipulados.

O Deputado João Leite - Continuo expondo algo que considero que não ajuda na participação. A escolha de um Deputado para relatar uma lei, como ocorreu com o Deputado Alberto Pinto Coelho, é diferente disso, pois estamos tratando de mais de 43 propostas - solicitaram-nos que as assinasse. Não fiz isso, apesar de ter todo respeito pelo trabalho cansativo e difícil realizado pela assessoria. Cada uma das emendas recebe uma pasta. Das 43 propostas enviadas ao meu gabinete, 33 estavam divididas entre dois Deputados da Comissão: 7 para o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3 para o Deputado Adalclever Lopes e 0 para o Deputado Miguel Martini.

Esse é o centro da crítica que apresentamos. Se nos referimos à participação, corremos o risco de recair na situação por que passaram as audiências públicas e o Orçamento Participativo, em que somente alguns participavam. Então, o processo não é participativo. Na Comissão de Participação Popular, somente alguns relatam emendas. Ela mesma dificulta a participação. Defendo a participação popular, assim como defendo que os coordenadores do processo de revisão do PPAG sejam populares, e não os meus assessores. Colocarei os meus assessores para coordenarem? Deveriam ter a oportunidade de coordenar aqueles que se inscrevem para participar da revisão do PPAG, pois haveria legitimidade da participação popular.

Desejo mais recursos para a assistência social, para todas as políticas que promovem o ser humano e para o trabalho.

Quero a oportunidade real para os brasileiros trabalharem. Foi dessa maneira que iniciamos na Secretaria um dos 31 projetos estruturadores deste governo, os Centros Públicos de Promoção do Trabalho, que capacitam, qualificam e elevam a escolaridade do trabalhador e lhe dão oportunidade de estágio, possibilidade real de primeiro emprego e de inserção no mundo do trabalho. Defendemos mais recursos para isso.

Defendemos mais recursos para o esporte, que talvez seja a grande oportunidade de transformação social de muitas crianças brasileiras, em um País em que R\$82.000.000.000,00 são contingenciados para fazer superávit primário. Defendo que esses recursos sejam aplicados no Suas. Estamos falando de um governo que colocou na ponta do lápis os recursos. Os recursos estão alocados. O governo de Minas Gerais está prevendo alocar todos os recursos, mas o governo federal tem guardado, em algum lugar, R\$82.000.000.000,00. Defendemos que sejam investidos no povo brasileiro, na geração de emprego e renda, na assistência social, na educação infantil.

Vejam a situação das crianças do nosso país. Apenas 37% estão nas creches e na pré-escola. Quase 40% das mães, chefiando famílias, não têm onde deixá-las. Elas estão abandonadas, e o governo federal tem R\$82.000.000.000,00 contingenciados, guardados para fazer superávit primário para agradar o capital estrangeiro especulativo e o FMI.

Defendo mais recursos. Mais recursos para a criança e para o adolescente. Mais recursos para todos deste país. Vejam os dados do projeto de lei orçamentária do governo federal para 2006: a maior parte dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi migrada para o Bolsa-Família. O valor alocado em 2006 foi de R\$365.400.000,00. Desse montante, apenas R\$50.000.000,00 são destinados para a bolsa de geração de emprego e renda para as famílias dessas crianças. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, cerca de R\$900.000.000,00 do Peti estão sendo alocados no Bolsa-Família.

É isso que estamos criticando. Quero recursos para a assistência social, mas quero especialmente os que estão sendo contingenciados.

O Deputado Zé Maia (em aparte) - Ilustre Deputado João Leite, cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento. V. Exa. traz à luz questões importantes referentes a dívidas enormes do governo federal com o nosso país, especialmente com Minas Gerais. Acrescento a dívida do governo federal com o fundo de compensação com as exportações. O Presidente Lula veio a Belo Horizonte, comprometeu-se com o Governador Aécio Neves e não cumpriu. Há vários anos, o Presidente Lula se compromete a repassar R\$900.000,00 para o fundo de compensação dos Estados, dinheiro que está fazendo falta e que deve ser investido em Minas Gerais.

Há também o Fundo Nacional de Segurança Pública, em que o governo federal vem investindo a cada ano. Foram R\$30.000.000,00, em 2003; R417.000.000,00, em 2004; e nem um milhão, em 2005. O governo federal tem essa enorme dívida.

Ilustre Deputado João Leite, os Prefeitos têm feito muitas marchas, indo de pires na mão a Brasília para pedir ao Presidente Lula que aumente 1% do repasse do FPM. Os Municípios estão com enormes dificuldades, especialmente neste período, com o pagamento do 13º salário dos funcionários. O governo federal, que tem uma concentração absurda de receita, com mais de 60% de tudo o que se arrecada no País, não se digna a aumentar 1% do FPM.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, trazendo à luz o dado de que o Presidente Lula tem uma enorme dívida com os Estados, com os brasileiros, especialmente com Minas Gerais, pois está deixando de nos repassar importantes recursos. Ele esteve aqui e deveria retribuir a votação maciça que recebeu, a confiança do povo mineiro. Minas Gerais lhe deu o Vice-Presidente da República, talvez o fator determinante para a sua vitória. O Presidente Lula tem tratado muito mal o povo mineiro. Por isso, cumprimento V. Exa., que chama a atenção das dívidas do Presidente para com o nosso povo. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sou eu quem lhe agradeço, Deputado Zé Maia, pois veio trazer brilho ao nosso pronunciamento.

Defendemos efetivamente o repasse de maiores recursos para a assistência social. Defendemos o recurso novo, possível, desde quando Secretário da área de assistência social. Trata-se do recurso contingenciado, ou seja, que está nas mãos do governo federal. O governo federal tem o discurso de que atende a área de assistência social, mas, no critério de partilha, previsto na lei orçamentária para o próximo ano, há uma variação do que foi autorizado em 2005. Entretanto, nesse cálculo, não foi incluído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, porque a maior parte desse programa migrou para o Bolsa-Família, desconsiderando a criança.

Há uma expectativa muito grande em relação ao Sistema Único da Assistência Social. O Suas, de alguma forma, será financiado por recursos estaduais. Temos 853 Municípios. Alguns, dado o seu porte, precisam de até 50 Centros de Referência de Assistência Social, que, no governo Fernando Henrique, eram denominados Núcleo de Atendimento à Família, e que, na gestão da Ministra Benedita, recebiam o nome de Paif. Agora, são chamados de Cras. Vamos mudando o nome, mas trata-se da mesma coisa. Os Municípios de grande porte precisam de, no mínimo, 50 desses centros de referência. Mas temos a expectativa de que esses centros sejam espalhados pelo Estado. Sem recursos federais, é praticamente impossível. Essa crítica foi feita na plenária, na revisão ou na discussão sobre a implementação do Sistema Único da Assistência Social em Minas Gerais, e não foi respondida. Quando as outras cidades receberão recursos para a implantação de uma política para a assistência social? O relatório cita pouco mais de 100 cidades. E as outras, mais de 700 cidades mineiras?

Sr. Presidente, quero fazer um apelo, apesar de não termos mais aqui aqueles que estariam debatendo comigo, para que todos participem.

Peço que todos os Deputados tenham a oportunidade de participar da Comissão de Participar Popular. Dessa forma, nas outras audiências, especialmente na de revisão do plano plurianual, as pessoas poderão coordenar os grupos. É o que defendemos. Desejo que a participação seja real. Defendo, ainda, recursos reais para a assistência social em Minas Gerais, para a implantação do Suas, que nasce com o mesmo vício de origem do SUS. Refiro-me a financiamento, dinheiro novo. Qual é o dinheiro da implantação do Suas?

Não adianta esperarmos - por mais que o Estado destine recursos à assistência social - que eles venham, de alguma forma, implantar o Suas no Estado. É fundamental que o governo federal descontingencie os R\$82.000.000.000,00, que estão guardados para atender os especuladores, e os aplique, urgentemente, no cidadão, na família brasileira, que sofre com a falta de investimentos.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, a atenção e o tempo concedido para esclarecer os fatos e me defender nesta tarde.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/11/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

nomeando Andreia Cassia Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete da Deputada Lúcia Pacifico

exonerando, a partir de 28/11/2005, Betânia Moura Magalhães Corrêa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/11/2005, Eponina de Miranda Mata Machado do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Betânia Moura Magalhães Corrêa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Marcelo Mata Machado Leite Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 28/11/2005, José Geraldo Leão Cangussu do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Cecília Cardoso Cangussu Souto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Ezequiel da Silva Santana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 18/10/2005, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Marcos Augusto Neves para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto, na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, taxados no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, a partir de 3/10/2005, Paulo Leite Nunes, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda Constitucional nº 20.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Alerta Informações Ltda. Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Contratante de todas as publicações nos diários oficiais. Objeto do aditamento: segunda prorrogação do contrato. Vigência: de 14/1/2006 até 14/1/2007.